



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**PROJETOS ALTERNATIVOS DE BIBLIOTECAS: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO  
DO ACESSO AO LIVRO E A DIFUSÃO IDEOLÓGICA**

Raffaele Enrico Calandro

Rio de Janeiro / UFRJ  
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**PROJETOS ALTERNATIVOS DE BIBLIOTECAS: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO  
DO ACESSO AO LIVRO E A DIFUSÃO IDEOLÓGICA**

Raffaele Enrico Calandro

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Produção Editorial.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Suzy dos Santos

# **PROJETOS ALTERNATIVOS DE BIBLIOTECAS: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO LIVRO E A DIFUSÃO IDEOLÓGICA**

Raffaele Enrico Calandro

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Produção Editorial.

Aprovado por

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzy dos Santos (ECO/UFRJ) – orientadora

---

Prof. Dr. Mário Feijó Borges Monteiro (ECO/UFRJ)

---

Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho (IACS/UFF)

Aprovada em:

Grau:

Rio de Janeiro / UFRJ  
2011

CALANDRO, Raffaele Enrico.

Projetos alternativos de bibliotecas: entre a democratização do acesso ao livro e a difusão ideológica / Raffaele Enrico Calandro – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2011.

82 f.

Monografia (graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2011.

Orientação: Suzy dos Santos

1. Biblioteca comunitária. 2. Biblioteca popular. 3. Democratização do acesso ao livro. I. SANTOS, Suzy dos (orientadora) II. ECO/UFRJ III. Produção Editorial IV. Projetos alternativos de bibliotecas: entre a democratização do acesso ao livro e a difusão ideológica

*Inicialmente, agradeço à querida orientadora Suzy dos Santos, pelas receitas culinárias e, não menos importante, pelos conselhos acadêmicos.*

*E a minha família, pela formação, um agradecimento especial à Terezinha Lisieux Lopes Calandro, ao Raffaele Calandro e à Lisieux Lopes Calandro.*

*Não poderia esquecer de agradecer o professor Mário Feijó, por resolver quase todos os problemas do SIGA; e também o professor Adilson Cabral, que se dispôs a avaliar esta pesquisa.*

*E principalmente, um agradecimento à Thaís Eletherio Cordeiro, por não fingir que tudo isso é normal, e me dar um pouco mais de alma, enquanto todo resto pede pressa.*

## **Nuestro norte es el Sur**

*Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte.*

*(Joaquín Torres García)*

CALANDRO, Raffaele Enrico. **Projetos alternativos de bibliotecas**: entre a democratização do acesso ao livro e a difusão ideológica. Orientadora: Suzy dos Santos. Rio de Janeiro, 2011. Monografia (Graduação Em Produção Editorial) – Escola de Comunicação, UFRJ. 82 f.

## RESUMO

Inicialmente o trabalho pretende entender parte da literatura sobre alguns projetos alternativos às bibliotecas públicas, levando em consideração duas teorias distintas. A primeira corrente tratará da biblioteca comunitária partindo de uma análise do terceiro setor, já a segunda dá preferência ao termo biblioteca popular, observando nessa um instrumento político. Muito mais que uma classificação ou detalhamento do objeto, neste ponto o foco é ressaltar as divergências teóricas. Tal análise permitirá contrapô-las, além estabelecer fundamentos para se entender como a democratização do acesso ao livro corrobora com a difusão da ideológica dominante. O estudo leva em consideração os autores como Oswaldo Francisco de Almeida Junior (1997), Pierre Bourdieu (2006), Paulo Freire (1982), Elisa Campos Machado (2008, 2009) e Geraldo Moreira Prado (2010). E também foram realizadas visitas à Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE, à Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes e à Biblioteca Atelier das Palavras.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAHOR	Associação de Moradores e Amigos do Horto
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Casa de Arte do Terreirão
CECUCA	Centro Cultural Candelária
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
COOPAMARE	Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
ECO	Escola de Comunicação
EMA	Escola da Mata Atlântica
EUA	Estados Unidos da América
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
iG	<i>Internet Grup</i>
LAN	<i>Local Area Network</i> (em português: Rede de Área Local)
MEC	Ministério da Educação
OAF	Organização de Auxílio Fraternal
ONG	Organização Não Governamental
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PSL	Partido Social Liberal
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	Serviço Social da Indústria
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (em português: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)



## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.</b>	<b>O QUE SE PENSAR A RESPEITO DA BIBLIOTECA? .....</b>	<b>15</b>
2.1	A biblioteca pública e as bibliotecas alternativas .....	21
2.2	A biblioteca popular .....	26
2.3	A biblioteca comunitária .....	30
<b>3.</b>	<b>UMA VISITA À BIBLIOTECA OBSERVANDO ASPECTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E IDEOLOGIA .....</b>	<b>36</b>
3.1	A democratização do acesso ao livro .....	37
3.2	Biblioteca parte a parte .....	40
3.2.1	Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE .....	42
3.2.2	Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes .....	47
3.2.3	Biblioteca Atelier das Palavras .....	53
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>62</b>
	Anexo A: Levantamento das Bibliotecas Comunitárias do Estado do Rio de Janeiro .....	63
	Anexo B: Formulário para Cadastro no SNPB .....	76

## 1. INTRODUÇÃO

A biblioteca é, muitas vezes, associada, pelo senso comum, a um templo do saber, onde com silêncio e tranquilidade o homem pode desenvolver suas potencialidades intelectuais. Entretanto, ela está muito longe de ser um local neutro. Sua aparente passividade é uma ilusão. Assim como a escola, que na infância nos delineou socialmente, ou como o jornal, que há alguns anos líamos nas tardes de domingo, a biblioteca também reproduz uma ideologia.

Sendo assim a afirmação “a biblioteca promove a inclusão social” torna-se quase tão verdadeira quanto dizer: “a educação é a solução para o Brasil”. De fato muitos dos problemas nacionais passam pela educação, assim como não há inclusão sem um acesso igualitário à biblioteca. Mas somente investir na difusão dessas instituições, à medida que são estruturantes, apenas promoverá a estrutura social vigente (BOURDIEU, 2005).

A temática principal deste trabalho está na democratização do acesso ao livro e na disseminação da ideologia hegemônica, sugerindo uma análise a partir dos projetos alternativos de bibliotecas. Aqui se propõe uma observação tanto das teorias destinadas a explicar tais fenômenos, como também das ações realizadas no campo.

Os termos ideologia dominante ou ideologia hegemônica são muito utilizados nesta análise, entretanto, tais expressões seriam mais condizentes com a realidade se estivessem no plural. Todavia, como grande parte da bibliografia redige os termos no singular, por conveniência se iniciou o trabalho utilizando as palavras desse modo. No entanto, no decorrer do texto percebe-se a importância da flexão numérica, e como não houve alterações, tornou-se importante frisar que não está se falando aqui de uma única ideologia, porém de diversas ideologias de diferentes classes dominantes, lutando por uma hegemonia tanto dentro da própria classe, quanto externamente (*ibidem*).

Muitas questões aqui apresentadas não estão completamente elucidadas tanto na área da Comunicação Social, quanto nas áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia. Por isso, há uma preocupação muito grande em exemplificar muito bem os termos utilizados. Em nenhum momento há a tentativa de se propor novos termos ou novas definições, porém muitas vezes existe a vontade de se resgatar algumas expressões que caíram em desuso, tais como biblioteca alternativa e biblioteca popular.

Os estudos do sociólogo Pierre Bourdieu (2005; 2009) sobre as estruturas sociais e sobre o sistema de educação francês, e a sua constatação da reprodução social e cultural por essa instituição será uma das principais referências, assim como o livro de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997) utilizado principalmente para realizar um resgate de alguns conceitos sobre bibliotecas já esquecidos.

Outros termos por não terem um estudo aprofundado a respeito e não apresentarem uma significação clara, como é o caso de “democratização do acesso ao livro”, necessitaram de uma reflexão a partir de teorias advindas do direito da comunicação.

Discorrer sobre democratização do acesso a um meio de comunicação foi um desafio para esse trabalho, pois tal análise envolve debates relativamente novos e trata de direitos que ainda não foram completamente delimitados e assegurados. Como afirma Murilo César Ramos:

a idéia do “direito à comunicação” não recebeu ainda sua forma definitiva, nem o seu conteúdo pleno. Longe de ser já, como parecem desejar alguns, um princípio bem estabelecido, cujas conseqüências lógicas poderiam ser deduzidas a partir de agora, ainda está na fase em que as pessoas refletem sobre todas as suas implicações e continuam a enriquecê-lo. (2005, p. 247-248)

Mas tal estudo bibliográfico foi fundamental para construção da hipótese aqui apresentada: acredita-se que a difusão da ideologia e a democratização do acesso ao livro são dois aspectos correlacionados dentro das bibliotecas alternativas. Para confirmar tal afirmação seria preciso analisar a dinâmica das bibliotecas, através de etnografia detalhada. Tal ação não foi realizada nos moldes pretendidos, por diversas razões, essas explicitadas no capítulo três. Mesmo assim, os dados levantados no decorrer do trabalho suscitaram uma série de questões importantes para o do tema .

O texto encontra-se dividido em dois capítulos principais bem distintos, o primeiro irá tratar do estudo da bibliografia, procurando entender os usos dos termos, mostrar as diferentes perspectivas e verificar como, recentemente, o avanço das teorias neoliberais influenciou novas análises sobre o objeto. Já o segundo examina alguns pontos pouco desenvolvidos na primeira metade, e em seguida se dedica a relatar os dados coletados na pesquisa de campo, correlacionando-os com as questões enunciadas previamente.

No momento, é importante deixar claro como a pesquisa foi realizada e adiantar alguns pontos práticos, fundamentais para construção desta. Inicialmente, houve um enfoque

na literatura, apesar da análise dos dados coletados no campo retomar muitas questões teóricas, pouquíssimos autores foram incluídos após se finalizar o estudo bibliográfico.

As referências aqui apresentadas são derivadas de levantamento bibliográfico em meios específicos. Na *internet* através das plataformas SciELO<sup>1</sup>, Portal de Periódicos da CAPES<sup>2</sup> e Google Acadêmico<sup>3</sup>; foram utilizadas as seguintes palavras-chave: biblioteca alternativa, biblioteca popular e biblioteca comunitária. Também se verificou o Portal da Fundação Biblioteca Nacional, onde consta um levantamento de publicações brasileiras sobre bibliotecas<sup>4</sup>. Outra etapa da revisão bibliográfica compreendeu a Biblioteca da Escola de Comunicação (ECO/UFRJ). Além de consultas às obras citadas pelos autores encontrados através dos métodos anteriores.

Todo o desenvolvimento do capítulo dois está baseado no levantamento bibliográfico, porém, muitos bancos de dissertações e teses não foram examinados e provavelmente muitos textos em diversas áreas relevantes para o aprofundamento da pesquisa foram ignorados. Inicialmente se acreditou que a literatura sobre biblioteca comunitária, popular ou alternativa era curta, no entanto, com o avanço do trabalho pode-se perceber o inverso, essa é vasta, porém, dispersa.

Para se desenvolver uma boa análise do tema não se deve atentar apenas para a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, é preciso observar questões que vão além do próprio objeto, existe uma necessidade de se compreender termos mais amplos relativos à Comunicação Social e às Ciências Sociais.

O início do trabalho de campo se realizou a partir da verificação das bibliotecas comunitárias do Estado do Rio de Janeiro registradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)<sup>5</sup>, um cadastro de bibliotecas organizado pela Fundação Biblioteca Nacional. Também foram listadas as bibliotecas fluminenses mencionadas na bibliografia. Além de buscas pela *internet*, em notícias dos seguintes jornais on-line do estado: O Globo<sup>6</sup>, O Dia<sup>7</sup>, Extra<sup>8</sup>, e O Fluminense<sup>9</sup>. Também foram considerados os portais das ONGs: Instituto Ecofuturo<sup>10</sup> e Instituto C&A<sup>11</sup>, verificando os programas apoiados por essas.

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: <http://www.scielo.org> Acessado em: 21 jun 2011

<sup>2</sup> Endereço eletrônico: <http://www.periodicos.capes.gov.br> Acessado em: 21 jun 2011

<sup>3</sup> Endereço eletrônico: <http://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR> Acessado em: 21 jun 2011

<sup>4</sup> Endereço eletrônico: <http://www.bn.br/snbp/noticias.html> Acessado em: 21 jun 2011

<sup>5</sup> Endereço eletrônico: [http://caterd.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=snpb\\_pr:snpb](http://caterd.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=snpb_pr:snpb) Acessado em: 21 jun 2011

<sup>6</sup> Endereço eletrônico: <http://oglobo.globo.com> Acessado em: 21 jun 2011

<sup>7</sup> Endereço eletrônico: <http://odia.terra.com.br> Acessado em: 21 jun 2011

<sup>8</sup> Endereço eletrônico: <http://extra.globo.com> Acessado em: 21 jun 2011

<sup>9</sup> Endereço eletrônico: <http://jornal.ofluminense.com.br> Acessado em: 21 jun 2011

<sup>10</sup> Endereço eletrônico: <http://www.ecofuturo.org.br/ler-e-preciso> Acessado em: 21 jun 2011

<sup>11</sup> Endereço eletrônico: <http://www.institutocea.org.br> Acessado em: 21 jun 2011

Após uma listagem das bibliotecas por esses meios, buscou-se um contato por meio de telefonemas, com tais projetos a fim de aprofundar e contextualizar a pesquisa de campo. Não havendo contato após duas ligações, realizadas entre as 10 e 17 horas nos dias quatro, cinco, seis e doze de maio de 2011, tentou-se uma última alternativa, o envio de uma mensagem aos projetos que possuíam um correio eletrônico.

Mesmo assim não foi possível constatar a atividade de muitas bibliotecas, pois essas não atentaram aos telefonemas, não responderam aos *e-mails*, ou seus dados para contato estavam errados ou incompletos. Todos esses casos foram classificados como “bibliotecas sem comprovação de atividade”.

Já as bibliotecas com as quais se estabeleceu algum tipo de canal de comunicação foram classificadas nas seguintes categorias: “biblioteca em atividade”, todas aquelas que alegaram estar abertas normalmente; “biblioteca em processo de reestruturação” aquelas fechadas para obras, ou funcionando de modo intermitente (eventual) em decorrência de alguma adversidade; e finalmente a “biblioteca desativada”, ou seja, todos aqueles projetos definitivamente encerrados.

A conclusão desse levantamento originou um arquivo contendo 48 bibliotecas, apresentadas com seus receptivos dados no Anexo A. Desse total não foi possível verificar o funcionamento de 17 projetos, 26 estão abertos normalmente ao público, três estão passando por algum processo de reestruturação, ou com suas atividades suspensas para realização de obras, dois foram fechados.

Durante esse processo de registro foram se delimitando as bibliotecas mais relevantes para o desenvolvimento do trabalho, essas seriam no futuro objetos de acompanhamento etnográfico. A decisão inicial de pesquisar somente objetos localizados no Rio de Janeiro se estabeleceu devido a falta de recursos financeiros e de tempo. Porém, tal restrição regional não foi seguida rigorosamente, porque as características peculiares da Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE, localizada na Cidade de São Paulo, deveriam ser observadas mais atentamente. Apesar do esforço, não se encontrou uma experiência similar no Estado do Rio de Janeiro, portanto, ela foi selecionada. As outras duas bibliotecas estudadas mais detalhadamente são fluminenses, mais precisamente, cariocas.

O objetivo inicial desse trabalho era realizar uma etnografia em quatro bibliotecas comunitárias e populares, acompanhando suas atividades durante alguns dias e entrevistando usuários e bibliotecários. Porém, a demora no levantamento, a escolha de bibliotecas com o funcionamento irregular ou suspenso e a proximidade com o prazo de entrega do trabalho, não permitiu uma pesquisa tão detalhada. Assim sendo, optou-se por apenas fazer uma visita aos

projetos, realizar uma entrevista com os responsáveis e permanecer em cada biblioteca um período médio de duas horas. Outras questões apresentadas no terceiro capítulo irão explicar a escolha das bibliotecas e a razão da diminuição do número de bibliotecas de quatro para três.

A parte seguinte deste trabalho será dedicada a uma análise da bibliografia. Inicialmente irá se apresentar as diferenças entre os termos biblioteca pública e biblioteca alternativa, e depois serão apresentados termos como biblioteca popular e biblioteca comunitária. A questão da democratização do acesso ao livro só será retomada no capítulo três junto à pesquisa de campo.

## 2. O QUE SE PENSAR A RESPEITO DA BIBLIOTECA?

A biblioteca, seja ela pública ou alternativa, deveria exercer um papel fundamental na região onde atua, proporcionando a seus usuários lazer e educação. Mas, infelizmente, a falta de acervos atraentes e a pouca frequência, faz da biblioteca pública uma “instituição zumbi”. – Um conceito de Ulrich Beck apropriado por Bauman (2001, p.14), para este definir as estruturas sólidas que perderam sua força social no desenvolver da modernidade, tais como a família, a classe e o bairro. – Por diversos problemas e falta de políticas públicas ela nunca teve um papel relevante na sociedade. Mas no plano da teoria tem uma função importante na difusão da informação e cultura.

A analogia que relaciona a biblioteca pública às “instituições zumbis”, não deve levar em consideração o verdadeiro significado do termo. No Brasil, a biblioteca nunca foi uma instituição sólida, pelo contrário um órgão morto, sem cumprir sua função social, mas mesmo assim presente, tal como um zumbi.

Uma biblioteca surge a partir de iniciativas políticas, filantrópicas, sociais, empresariais, ideológicas ou religiosas. Enquanto algumas motivam a participação comunitária na criação e manutenção da instituição, outras se tornam objetos estranhos à população local. Distintos também são os objetivos e os usuários atendidos pelas instituições, por exemplo, uma biblioteca escolar é voltada para um setor muito restrito, já uma de bairro atende um público mais variado e necessita de um catálogo mais diversificado.

Para compreender a biblioteca pública este trabalho usará como base Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997). O autor defende a ideia da biblioteca pública como sendo um espaço ambíguo desde a sua criação, pois essa nasce das reivindicações provenientes da população, e também da vontade das classes dominantes em aperfeiçoar a formação dos trabalhadores, já que o desenvolvimento técnico e social, do século XIX, demandava uma mão-de-obra mais qualificada (1997, p.20-21).

Embora fruto de um desejo popular, a biblioteca pública não atendeu aos interesses das classes que a exigiam. Reduziu seu principal papel social à educação das classes mais baixas, porém preservando os valores sociais vigentes. (*ibidem*, p.21). Essa é uma questão que vai ser desenvolvida mais detalhadamente no decorrer do texto. Mas no momento o importante é diferenciar a biblioteca pública da biblioteca alternativa.

Como a biblioteca pública não estaria atendendo aos interesses da população, principalmente aos das classes mais baixas, surgiu uma série de outros projetos dos mais diversos para incentivar o uso da biblioteca como espaço de educação, lazer e de construção ideológica. Aqui, todos esses estão reunidos em um grande grupo heterogêneo chamado de bibliotecas alternativas. Apesar do termo nunca ter conquistado muitos adeptos entre os pesquisadores, ainda é relevantes para classificar essa gama de bibliotecas muito distintas entre si – tanto na teoria, quanto na prática – mas cuja linha comum é buscar novas opções além da biblioteca pública

Tal divisão encontra-se no trabalho de Almeida Júnior (1997), no qual o autor, além de realizar um excelente levantamento bibliográfico, faz uma defesa das bibliotecas públicas e afirma que grande parte das iniciativas e ações das diversas bibliotecas alternativas, já faz parte da noção de biblioteca pública, ou deveria ser assimilada por ela.

Agora talvez fosse o momento para trazer uma série de curtos verbetes explicando como esse trabalho classifica as bibliotecas alternativa, pública, comunitária, popular, porém tal atitude não exemplificaria a complexidade destes objetos. Inicialmente o grande desafio ao se estudar as bibliotecas alternativas é a definição. Primeiro se depara com a bibliografia, não escassa, porém muito difusa. Depois, ao encontrar trabalhos relevantes, percebe-se as muitas confusões teóricas, onde não é raro descrever uma biblioteca comunitária de tal forma que mais parece um oásis inatingível.

Pretende-se aqui exatamente a discussão sobre os conceitos biblioteca pública, alternativa, popular e comunitária, levando em consideração as funções e relações desses objetos dentro da sociedade. Não é o objetivo deste trabalho estabelecer elementos para classificar as bibliotecas. Determinar o que o projeto observado é verdadeiramente, torna-se muito importante para um trabalho acadêmico, porém é incrível perceber como as bibliotecas funcionam muito bem sem os títulos deste. Também deve-se observar que suas características se confundem umas com as outras, tornando difícil diferenciá-las. O mais importante neste momento é adentrar nesse universo e entender o objeto com maior clareza.

“Com relação ao termo 'biblioteca comunitária', percebemos a dificuldade na sua definição, pois ele vem sendo empregado, pela sociedade em geral, como sinônimo de biblioteca pública e biblioteca popular, sendo que, de modo geral, o mesmo ocorre no contexto acadêmico” (MACHADO, E., 2009, p. 81). Tal fenômeno ocorre porque “não há definições claras e objetivas, principalmente pelo fato de que na maioria das bibliotecas que se autodenominam comunitárias, populares, etc, não existe uma teorização da prática empregada” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.11).



A autodenominação e autoclassificação são muito comuns nesse meio. Não existe um órgão responsável pela catalogação e classificação das bibliotecas. A Biblioteca Nacional procura manter um catálogo das bibliotecas, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional (SNPB), porém, alguns dados estão desatualizados ou incompletos. Nesse há uma divisão em quatro tipos de bibliotecas: federal, estadual, municipal e comunitárias. É uma classificação um pouco incomum, por considerar a esfera administrativa e não ressaltar a área de atuação dos objetos. Segundo nesse catálogo existem no Brasil: três bibliotecas federais; 51 estaduais; 5.248 municipais; e 210 comunitárias.

Essas 210 bibliotecas comunitárias são determinadas pela autoclassificação, já que no formulário da SNPB – tal documento é apresentado no Anexo B – enviado às bibliotecas para o preenchimento dos dados existe um campo para marcar o tipo de biblioteca. A Fundação Biblioteca Nacional incentiva os bibliotecários a delimitarem como comunitárias todas as bibliotecas de estabelecimentos de ensinos com atendimento aberto ao público externo. Tal fato gera algumas confusões, já que apenas o ato de abrir seu acervo aos moradores da região, não muda o modelo da biblioteca.

Como é o caso da Biblioteca Pública de Arrozal, administrada pela Prefeitura de Pirai, mas dita como comunitária pelo SNBP e a Biblioteca Municipal Magnólia Marinho Rêgo, também presente na lista das bibliotecas comunitárias, mantida pelo município, e localizada no pátio do CIEP de Areal. Essas são instituições vinculadas a órgãos públicos e não às comunidades. Levando em consideração os trabalhos de Elisa Machado (2008; 2009) essas não poderiam ser consideradas bibliotecas comunitárias. Estariam melhor classificadas como bibliotecas municipais, levando em conta a esfera administrativa, ou escolares, considerando a área de atuação e público alvo.

No estado do Rio de Janeiro existem 36 bibliotecas classificadas como comunitárias, segundo o SNPB. Dessas se constatou por meio de telefonemas e *e-mails*, que 19 estão em atividade, uma está em obra e duas foram desativadas, e não foi possível o contato com as outras 14, mesmo depois de diversas tentativas. Muitos dos dados destas estavam desatualizados, tal fato dificultou a pesquisa. Das bibliotecas ativas, três são administradas por prefeituras, dessas, duas estão localizadas em escolas municipais. No Anexo A há mais informações sobre as bibliotecas comunitárias localizadas através do SNPB e sobre outras localizadas por meios distintos.

Elisa Machado (2008) também fez um levantamento das bibliotecas comunitárias. Segundo a autora existem 32 no Estado do Rio de Janeiro, porém ela não fornece informações sobre os projetos catalogados, nem mesmo menciona os nomes desses. Da tese só foi possível

verificar sete bibliotecas fluminenses citadas no decorrer do texto, todas também foram incluídos no Anexo A.

Voltando ao caso de confusões geradas pela autonegação, o caso mais interessante ocorre na Rua Sá Ferreira nº 80 em Copacabana, Rio de Janeiro onde, se forem considerados os nomes, funcionariam três bibliotecas. Lá, segundo o Instituto Ecofuturo, funciona a Biblioteca Comunitária Ler é Preciso de Copacabana, mas, segundo o *site* da prefeitura, lá estão localizadas a Biblioteca Popular Municipal Marx Feffer e a Biblioteca Popular Municipal Carlos Drummond de Andrade.

Essa confusão ocorre por dois motivos, o primeiro foi a transferência da Biblioteca Popular Municipal Carlos Drummond de Andrade, localizada antigamente na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 817, 10º andar, para a casa em que funciona a Biblioteca Popular Municipal Marx Feffer. Para resolver essa questão, a partir de 2011 começou a transferência dessas duas bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura para a Secretaria Municipal de Educação e juntas formaram a Biblioteca Escolar Municipal Marx Feffer.

O outro nome, Biblioteca Comunitária Ler é Preciso de Copacabana, é devido as ações sociais do Instituto Ecofuturo, uma ONG fundada e mantida pela empresa Suzano Papel e Celulose. Esse Instituto realiza doações de livros, mobiliário e promove um treinamento da equipe através do projeto Ler é Preciso. Segundo o site da instituição, ela colabora com seis bibliotecas comunitárias no Estado do Rio de Janeiro, porém os nomes do site nem sempre condizem com os nomes no SNPB ou os nomes oficiais nas prefeituras. É importante lembrar que o projeto Ler é Preciso não mantém as bibliotecas, só realiza doações e treinamento. O projeto Biblioteca Comunitária da COOPAMARE, no qual a Suzano auxiliava regularmente configura-se entre as exceções, tal ajuda cessou em 2011. Mesmo assim, o Instituto Ecofuturo insiste em chamar a todas as bibliotecas que em algum momento receberam uma doação pelo nome do projeto, Ler é Preciso, ignorando o original.

Das oito bibliotecas comunitárias fluminenses estudadas por Elisa Machado (2008), três foram beneficiadas pelo Instituto Ecofuturo, porém todas elas são bibliotecas administradas pelas prefeituras. Algumas delas ganharam a nomenclatura Ler é Preciso oficialmente, porém não são todas, como é o caso da Biblioteca Popular Municipal Marx Feffer. A Prefeitura do Rio de Janeiro deu esse título a biblioteca em homenagem a um ex-presidente da Suzano, já que o Instituto EcoFuturo havia ajudado na criação e na composição do acervo. Mesmo assim, o instituto prefere chamá-la de Biblioteca Comunitária Ler é Preciso de Copacabana.

Além dos problemas trazidos pela autonomização e autoclassificação, outro ponto é o modismo na denominação das bibliotecas, baseio tal afirmação na passagem do livro “Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Alternativas” de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, publicado em 1997, onde ele afirma:

novos termos foram criados e começaram, com mais intensidade, a povoar o linguajar da área: bibliotecas populares, bibliotecas comunitárias, centros de documentação popular, centros populares de documentação e informação, biblioteca-ação cultural, biblioteca viva, biblioteca verdadeiramente pública, além de outros com menor expressão (p.11).

Muitos termos que há 15 anos eram tidos como novidades hoje caíram em desuso.

Além das denominações usadas indevidamente e dos modismos, há também divergências teóricas a respeito das bibliotecas alternativas e seu real papel dentro da comunidade. Para Almeida Júnior

O adjetivo comunitário estaria sendo empregado com o intuito de destacar essa proposta de outras tantas existentes, tornando-a mais atraente, inclusive para a sociedade que, em função dessa nova designação, pode imaginá-la tratando-se de uma instituição diferente da biblioteca pública sobre a qual já possui um estereótipo formado. Assim a biblioteca comunitária passaria para a sociedade, por uma nova entidade, não carregando preconceitos e idéias preconcebidas que prejudicariam sua atuação (ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 107).

Ele afirma que a biblioteca comunitária é uma proposta similar às outras e apenas utiliza uma nomenclatura renovada, entretanto, com as mesmas funções da biblioteca pública. Para Almeida Júnior, também a biblioteca popular é “uma proposta alternativa à atuação da biblioteca pública, não se caracterizando como um tipo específico e diferenciado de biblioteca (...)” (*ibidem*, p. 12). Mas, em alguns trechos, contradiz tal ideia como na passagem a seguir: “populares na medida em que estão voltadas para os interesses das classes subalternas, expressando uma proposta política antagônica aos interesses das classes dominantes” (ANDRADE *apud* ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 15), ou seja, não seria uma biblioteca necessariamente gerida pela população, mas estaria de acordo com os interesses dessa.

Já Elisa Campos Machado afirma que:

Em relação às bibliotecas populares, não podemos deixar de citar o estudo sociológico realizado por Gilda Verri (1996) sobre as bibliotecas populares da cidade de Recife, no período de 1930 a 1964. Segundo a autora, a idéia e criação de bibliotecas populares foi um projeto político das elites brasileiras,

fortemente vinculado à concepção da Educação Popular da década de 1920 (MACHADO, E., 2008, p.61).

Elisa Machado também afirma que em alguns municípios é comum denominar as bibliotecas públicas de bibliotecas populares, é o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro e Niterói (*ibidem*, p.59). Nomear tais bibliotecas como populares teve como objetivo aproximá-las da comunidade. Porém, foi apenas uma mudança semântica sem um projeto consistente, cujas diretrizes favorecessem uma real democratização do acesso ao livro. As bibliotecas continuaram as mesmas, mas agora, com nomes mais aprazíveis.

Elisa Machado defende a biblioteca comunitária “como um poder subversivo de um coletivo, uma forma de resistência contra-hegemônica, de quase enfrentamento social”. (*ibidem*, p.51) Segundo a autora, tal fenômeno ocorre à margem da sociedade, mas diferente das bibliotecas públicas, este é legitimado pela população local (*ibidem*, p.50). Para ela, os mecanismos colaborativos permitem o desenvolvimento das potencialidades e talentos individuais, proporcionando a emancipação e a prática cidadã (*ibidem*, p.51). Assim, biblioteca comunitária deixa de ser só uma ação de incentivo à leitura, e torna-se também um espaço de luta contra a exclusão social.

Geraldo Moreira Prado é simpático às ideias de Elisa Machado. Ele sustenta a importância da biblioteca comunitária não só como elemento de incentivo à leitura e de inclusão social, mas também como “território de memória”, ou seja um espaço democrático, aberto a participação de todos, no qual “o livro e a leitura, além de ter a função do prazer dos seus usuários, são usados, sobretudo, como suportes informacionais voltados à libertação da mente humana” (2010, p.141).

É fundamental observar as diferenças teóricas nas exemplificações das bibliotecas populares e comunitárias. A biblioteca popular, vista pela ótica de Paulo Freire (1982) é um projeto unido à alfabetização popular e de afirmação dos interesses ideológicos das classes mais baixas. A biblioteca comunitária, segundo Geraldo Prado e Elisa Machado, é um espaço para inclusão social e de “quase enfrentamento social” (MACHADO, E., 2008, p.51).

Certamente ainda não estão claras as diferenças entre as nomenclaturas aqui utilizadas para classificar as bibliotecas, por isso, em seguida tenta-se esclarecer melhor uma a uma. Este capítulo está dividido em três partes. A primeira é um panorama maior com objetivo de discutir a respeito da biblioteca pública e a alternativa. Na segunda e terceira parte, já sabendo um pouco mais sobre a biblioteca alternativa, selecionarei dois subgêneros dessa última, para melhor defini-los e estudados: biblioteca popular e biblioteca comunitária.

## 2.1 A biblioteca pública e as bibliotecas alternativas

Neste trabalho, são usados quatro conceitos relativos às bibliotecas: pública, alternativa, comunitária e popular. É claro que existem outros modelos de bibliotecas, as escolares, as digitais, as universitárias, mas, não é relevante para esta monografia realizar um levantamento desses. O objetivo principal desta dissertação é tratar das bibliotecas comunitárias e populares, essas são modelos distintos de bibliotecas alternativas. Portanto antes de exemplificá-las, é necessário entender o contexto maior no qual elas estão inseridas, por isso vou dedicar esta parte do capítulo a descrever esse universo mais abrangente, e contrapor as bibliotecas alternativas às públicas.

A biblioteca pública, nada mais é do que uma instituição estatal, cujo acervo está a disposição da população para consulta ou empréstimo. Para tal afirmação levo em consideração as palavras de Almeida Júnior: “A biblioteca pública, tal como hoje é conhecida, ou seja, mantida pelo Estado, com funções específicas e com a intenção de atender a toda sociedade, surge na metade do século XIX, nos Estados Unidos e na Inglaterra” (RAYWARD, MUELLER, NOGUEIRA, SERRAI, TAYLOR *apud* ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 20).

Deve-se ressaltar aqui que a biblioteca pública, como é arquitetada hoje, é um fenômeno decorrente das revoluções liberais burguesas, apesar de alguns autores afirmarem que, no Brasil, a primeira biblioteca pública foi inaugurada na cidade de Salvador em 4 de agosto de 1811. O projeto aprovado pelo governador da Capitania da Bahia era uma iniciativa particular do intelectual local Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco e funcionava no Colégio dos Jesuítas (SUAIDEN, 2000, p.52; CUNHA, SANTOS, 2004). Segundo Elisa Machado, o projeto até “previa a cooperação de todos os cidadãos que desejassem fazer parte dela” (MACHADO, E., 2009, p.71). Logo após, outras iniciativas similares surgiram, porém com pouca infraestrutura, instalações inadequadas e acervos desatualizados compostos por doações. Assim, tais iniciativas passaram a ser vistas pelo povo como locais de castigo ou para uma pequena elite erudita (SUAIDEN, 2000, p.52). As estruturas e o contexto social das bibliotecas públicas do Brasil colonial eram diferentes das bibliotecas da segunda metade do século XIX na Inglaterra e EUA.

Convém lembrar que 1811 é apenas um marco do início das bibliotecas públicas no Brasil. No período colonial, iniciativas dos jesuítas de incentivo à leitura eram comuns, obviamente muito voltadas para a educação cristã (SUAIDEN, 2000, p.52). A elite econômica também tomava atitudes voltadas para instrução popular (MACHADO, E., 2009, p. 71), como

foi o caso de Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco em Salvador. Certamente locais para empréstimos e consultas de livros deveriam existir antes de 1811, porém todas criadas por iniciativas particulares.

Inclusive, a Real Biblioteca é anterior a 1811. Vinda de Portugal, a primeira parte seu acervo chegou ao Rio de Janeiro em 1809. Inicialmente, todos os seus volumes ficaram encaixotados por dois anos, depois o acesso aos livros passou a ser concedido àqueles que tivessem o consentimento régio. Só em 1814 a autorização prévia foi suprimida e população pode usufruir do acervo (SCHWARCZ, 2010; SILVA, 2010).

A biblioteca pública como a conhecemos hoje é uma instituição estatal, e por esse motivo “sempre ficou vulnerável aos mandos e desmandos de seus governantes locais” (MACHADO, E., 2009, p. 86). E, desde seu início nos EUA e Inglaterra, sempre foi um espaço de contrastes entre os interesses das classes populares e os das classes detentoras do poder.

Ambígua desde sua criação, a “origem da biblioteca pública não pode ser entendida, simplesmente, como oriunda dos reclamos das classes populares ou, inversamente, pelas benesses das classes detentoras do poder” (ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 21). Se por um lado, uma das causas para o seu surgimento foram as reivindicações da população por igualdade de direitos e acesso democrático à cultura e, principalmente, educação, por outro, as classes dominantes viam nela a possibilidade de atenuar os problemas sociais e promover a qualificação do trabalhador (*ibidem*, p. 20). No século XIX, o “desenvolvimento industrial demandava uma mão-de-obra especializada e a Biblioteca Pública surgiu como meio de aperfeiçoamento dos trabalhadores que já estavam fora do ensino formal” (WADA *apud* ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 20).

Quem defende a ambiguidade da biblioteca pública é o autor Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, para ele isso se dá pois ela

Ao mesmo tempo em que atende aos interesses, principalmente ideológicos, da classe hegemônica (no sentido dado por Gramsci), transformando-se num aparelho ideológico de Estado (segundo Althusser), a biblioteca pública pode propiciar espaços, brechas para a contestação e o desnudamento daqueles interesses, abrindo-se como um dos locais adequados para expressão das classes populares, e convertendo-se em palco privilegiado de confronto de ideologias (1997, p.23).

Se a biblioteca pública surge voltada para educação das classes populares, porém, detentora dos valores sociais da elite, ela também abre um espaço para a contestação desses

valores. Mas, geralmente, as classes com um maior poder de interferência nos acervos das bibliotecas são aquelas que podem adquirir livros.

Apenas uma pequena parcela, os que adquirem livros, pode, indiretamente, participar desse processo, determinando a partir de seus interesses, a maioria dos livros publicados. As crianças, oriundas de quaisquer classe social, são alfabetizadas através desses livros, recebendo enorme carga de valores dissociados aqueles intrínsecos às classes populares (...). Dessa forma, a oferta de uma visão do mundo a partir das classes detentoras do poder, continua a ocorrer, com poucas opções contrárias (ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 24).

Aqui percebe-se que o mercado editorial é, em grande parte, regulado pelos interesses daqueles que têm poder aquisitivo para comprar livros. A biblioteca pública têm seu acervo baseado nos livros publicados para esse mercado. Sendo assim, as classes mais altas, mesmo indiretamente, influenciando muito nos acervos das bibliotecas públicas. Tal fenômeno tem sido um pouco neutralizado, porque nos últimos anos muitas editoras estão baseando parte de suas publicações nos editais de compras do governo, visando o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Ambos são financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Tais projetos atenuam a interferência das classes com alto poder aquisitivo no mercado editorial. Porém, não é algo necessariamente bom.

Tais programas recheiam os cofres de algumas editoras com milhões de reais. O PNBE e, principalmente, o PNLD estão sustentando, com dinheiro público, um oligopólio dominado por seis editoras, em sua maioria paulistas<sup>12</sup>. Editoras regionais e de pequeno porte são excluídas da disputa por não haver condições delas cumprirem o edital (a capacidade de produção de tais empresas é baixa, e não permite uma impressão de livros em escala nacional, como a norma desses programas exige). Logo, pode-se dizer que o mercado sustentado pelas classes dominantes é mais plural, se comparado com o mercado sustentado pelo governo.

Há quem não concorde com a afirmação de que a biblioteca pública preserva os valores das classes dominantes, mas trabalhos de outros pesquisadores também ressaltam fenômenos parecidos. Não se deve negar a função educativa da biblioteca pública, como já foi

<sup>12</sup> Analisando os dados dos anos 2007 a 2011 no site do FNDE <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>> pode-se observar no ranking das editoras que mais venderam para o PNLD a alternância das 6 primeiras posições entre: FTD, Moderna, Ática/ Scipione (Grupo Abril), Saraiva e Positivo. Juntas essas faturaram entre 50% a 70% das compras realizadas.

dito acima, ela surge no século XIX com esse propósito e até hoje é parte do sistema de ensino.

Então, a partir do pressuposto de que a biblioteca é uma instituição ativa dentro do processo de educação, pode-se observar o papel desta na reprodução da estrutura social. Neste momento, um texto de Pierre Bourdieu é um bom suporte para o entendimento deste fenômeno.

Inicialmente, é fundamental compreender como as instituições de ensino<sup>13</sup> reproduzem a estrutura de distribuição do capital cultural entre as diversas classes. De todas as formas de transmissão de poder e privilégios a mais dissimulada – e portanto, muito eficaz em sociedades que tendem a negar a existência de uma transição hereditária de privilégios – “é aquela veiculada pelo sistema de ensino ao contribuir para a reprodução da estrutura das relações de classe dissimulando, sob as aparências da neutralidade, o cumprimento desta função” (BOURDIEU, 2009, p. 296).

A prática pedagógica não é neutra, pois essa exige uma familiaridade prévia com a cultura dominante, ou seja, o sistema de ensino pressupõe um conhecimento anterior da linguagem e cultura das classes dominantes, o que privilegia os herdeiros dessas camadas mais altas, já que o contanto com os símbolos culturais das classes mais altas se dá, majoritariamente, no âmbito familiar. E assim, o sistema de ensino corrobora com a reprodução social, “eximindo-se de fornecer a todos explicitamente o que exige de todos implicitamente, quer exigir de todos uniformemente que tenha o que não lhes foi dado” (*ibidem*, p. 306).

Tais mecanismos permitem às classes dominantes deter um monopólio sobre as instituições de ensino. E assim através de um falso sistema democrático, é possível manter uma estrutura favorável à manutenção do capital cultural nas mãos das mesmas. Entretanto há uma mobilidade controlada de indivíduos, estes “cuidadosamente selecionados e modificados pela e para ascensão individual, não é incompatível com a permanência estrutural podendo até mesmo contribuir (...) para a perpetuação da estrutura de relações de classes” (*ibidem*, p. 296).

De modo geral a estrutura permite a reprodução cultural e social. Ainda mais levando-se em consideração que os produtos simbólicos do trabalho pedagógico possuem menor valor

---

<sup>13</sup> Compreendo como instituição de ensino não só as escolas de nível básico, fundamental e superior, como também as bibliotecas públicas, pois estas – como já foi citado anteriormente, com base na obra de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior – surgiram com objetivos educacionais e mantêm até hoje atividades pedagógicas em suas dependências.



no mercado escolar, simbólico e econômico na medida em que se afastam dos produtos das culturas dominantes (*ibidem*, p. 308).

Existe um episódio recente que ilustra bem essa questão de Bourdieu. Perceberam como nossos intelectuais escalafobéticos, com muita pose, indignação e teatralidade, se apressaram em condenar o livro “Por uma vida melhor”, pois esse defendia o uso coloquial da língua portuguesa. Foi um esforço generalizado para desvalorizar um texto didático cujo único pecado é questionar as regras linguísticas estipuladas pela elite. Os famosos intelectuais, em seus programas de televisão e rádio, ou em suas redes sociais, mesmo que inconscientemente, buscaram afirmar o capital cultural das elites, e desvalorizar os produtos simbólicos que se distanciam da cultura dominante<sup>14</sup>.

O fato gerou tanta repercussão que o deputado estadual Átila Nunes, do PSL (Partido Social Liberal), apresentou um projeto de lei cuja proposta é proibir, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a distribuição, nas escolas públicas e particulares, de livros que contrariem a norma culta da Língua Portuguesa (DEPUTADO..., 2011). O Projeto de Lei nº 430/2011, se aprovado nos moldes em que foi apresentado (RIO DE JANEIRO, 2011), poderá proibir na rede de ensino fluminense o estudo de escritores clássicos, como Guimarães Rosa, consagrado pelo uso da linguagem regional e dos neologismos, e também Oswald de Andrade por defender a fala coloquial no poema “pronominais”.

Questões legislativas à parte, o desenvolver deste trabalho está baseado nas observações de Bourdieu e na descrição da biblioteca pública realizada no trabalho de Almeida Júnior e Bourdieu como: uma instituição estatal criada com base nas reivindicações sociais pela democratização da cultura e educação, mas que, entretanto, manteve as ideologias de uma classe dominante. Sendo assim, biblioteca pública é vista aqui como peça ativa no sistema de ensino que corrobora para reprodução cultural e social.

Porém, convém lembrar que essa não é uma questão unânime a respeito desse assunto. É importante observar que análises distintas a respeito das bibliotecas públicas irão levar autores a deferem ou condenarem certos modelos de bibliotecas. Apesar das divergências a

<sup>14</sup> Em 12 de maio de 2011, uma reportagem da jornalista Thais Arbex publicada no jornal *online* Último Segundo – pertencente ao provedor de acesso iG – denunciou o livro “Por uma vida melhor”, adotado pelo MEC, por ensinar o aluno a falar errado. A notícia gerou grande repercussão e promoveu uma série de comentários na mídia, muitos desses irresponsáveis. Reportagem disponível em <<http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado>> Também pode se verificar os *sites*: <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/05/16/mec-lava-as-maos-no-caso-dos-livros-com-erros-380628.asp>>; <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/mariahelena/posts/2011/05/17/por-uma-vida-melhor-apud-mec-2011-380808.asp>> ou; <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2011/05/17/MINISTERIO-DA-EDUCACAO-DEVERIA-VIRAR-O-DA-BURRICE-INSTITUIDA.htm>> Todos acessados em 6 jul 2011.

respeito dos projetos específicos, descrever o que são as bibliotecas alternativas é bem simples.

Aqui as bibliotecas alternativas são vistas, como o próprio nome diz, como projetos que surgem em contraponto às tradicionais bibliotecas públicas. “O termo biblioteca alternativa foi empregado no intuito de denominar genericamente essas propostas, considerando que todas, sem exceção, pretendem apresentar modos diferenciados de atuação da biblioteca pública” (ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 61).

Serão analisados por este trabalho dois modelos de bibliotecas alternativas: populares e comunitárias. E tais modelos são explicados a partir de dois postulados distintos ou, melhor dizendo, antagônicos. O uso da expressão “são explicadas” é proposital, pois ainda não há como determinar quais são as razões que levam a formação das bibliotecas comunitárias ou populares, são instituições complexas que nascem por motivações diversas: ideológicas, religiosas, publicitárias, só para citar alguns exemplos. Porém, é possível observar quais são os discursos que sustentam teoricamente os projetos.

Resumindo rapidamente antes de analisar os termos separadamente, para Elisa Machado (2008; 2009) as bibliotecas comunitárias – neste trabalho essas são vistas como uma proposta dentre as diversas bibliotecas alternativas existentes – “surgem como práticas espontâneas” a partir da iniciativas de membros da sociedade civil<sup>15</sup>. Já a biblioteca popular – entendida aqui como um outro modelo de biblioteca alternativa – vai de encontro ao modelo de biblioteca pública, e poderia ser classificada como uma proposta pedagógica contra-hegemônica.

## **2.2. A biblioteca popular**

A defesa da biblioteca popular parte da teoria de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, citada anteriormente. A visão do autor sugere que bibliotecas públicas emergem das reivindicações populares por maior democratização da cultura e educação, porém, aquelas não atentem aos interesses desta classe, todavia preservam os valores das classes dominantes. O autor não faz uma defesa às bibliotecas populares, pelo contrário, ele afirma que, tanto as bibliotecas comunitárias quanto as bibliotecas populares não podem ser caracterizadas como uma nova proposta de biblioteca, porque, muitas de suas características são similares as das bibliotecas públicas (ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 107/140).

<sup>15</sup>A autora entende o termo sociedade civil de maneira coloquial, ou seja, todo o conjunto que não é parte do Estado; os “cidadãos comuns”, as empresas privadas, as ONGs, as associações entre outros – para suprir uma ausência do Estado (MACHADO, E., 2009, p.49).

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997) tem uma excelente visão sobre a biblioteca pública. E faz um levantamento bibliográfico primoroso a respeito dos diversos termos usados na biblioteconomia, porém, ele coloca-se refém dos termos. Quando se fala de biblioteca popular, comunitária ou qualquer outra denominação há uma série de classificações ambíguas, utilizadas por diversos autores, que fazem qualquer um acreditar, no final de muitas leituras, que as diferenças entre biblioteca comunitária ou popular não existem, e tais distinções não passam de puro aforismo.

Cada trabalho sobre biblioteca popular a descreve de uma forma, não existe uma unanimidade sobre o termo. Todeska Badke vai entender a biblioteca popular como um projeto “que é feito pelo povo e para o povo, compreendendo por isso sua efetiva participação” (*apud* MACHADO, E., 2008, p.53). A autora Odilia Clark Peres Rebellono também a vê como uma iniciativa que surge a partir da comunidade (*apud* ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 110). Já Vera Lucia Mangas da Silva, em sua dissertação “Cultura e Informação: um estudo da rede de bibliotecas populares da cidade do Rio de Janeiro” (2004), faz uma boa análise histórica da rede municipal de bibliotecas existente na capital fluminense, denominadas como bibliotecas populares pela prefeitura. Logo no seu trabalho o termo biblioteca popular é tratado como sinônimo de biblioteca municipal.

Todavia, levar em consideração esses trabalhos esvaziaria o sentido da biblioteca popular, aproximando-a de outros modelos. A conclusão desse não garante determinar características palpáveis para diferenciar as bibliotecas populares das comunitárias, mas deste já se ressalta a existência de duas linhas ideológicas que as separam. Descrever as diferenças entre essas duas correntes é o principal objetivo deste capítulo.

Outro trabalho a utilizar-se da expressão biblioteca popular é o artigo de Alzemi Machado (2001), esse por sua vez, promove uma análise da história da Biblioteca da Liga Operária Beneficente, essa fundada na cidade de Florianópolis, no ano de 1897. O texto chega a fazer uma relação entre as bibliotecas populares e as ligas e sindicatos de operários. Entretanto, a definição do termo utilizada pelo autor é a mesma da pesquisadora Sonia de Comi Gomes, e não difere das utilizadas para exemplificar a biblioteca comunitária como se vê na citação a seguir:

Convém ressaltar ainda, no intuito de possibilitar um clareamento para possíveis dúvidas, a adoção de um referencial teórico, na qual estabelece como conceito de Biblioteca Popular aquela composta por "acervo geral e que serve a determinadas categorias de público, podendo ser aberta ou não à comunidade local, mantida por entidades particulares ou governamentais diversas" (GOMES, *apud* MACHADO, A., 2001, p.130) .

As descrições de Todeska Badke (*apud* MACHADO, E., 2008), Odilia Clark Peres Rebellono (*apud* ALMEIDA JUNIOR, 1997) e Sonia de Comi Gomes (*apud* MACHADO, A., 2001) para classificar a biblioteca popular seguem uma linha muito próxima dos pesquisadores da biblioteca comunitária. A própria Todeska Badke em algumas palestras chegou a tratar os termos biblioteca popular e biblioteca comunitária como sinônimos (ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 109). E Vera Lucia Mangas da Silva (2004) trata as bibliotecas municipais do Rio de Janeiro como populares, mas a autora não busca questionar o uso dos termos pública ou popular, a autora apenas toma para seu trabalho a denominação dada pela prefeitura.

Voltando a tratar das duas correntes aqui mencionadas, a primeira acredita em uma ausência do Estado e devido a tal fato, há a necessidade da sociedade atuar na criação de bibliotecas. Apesar de apresentarem uma alternativa a instituição estatal, tais pesquisadores não vêem a estrutura de reprodução social presente nos modelos das bibliotecas. Esta é uma visão que ganhou muita força no início do século XXI, com alguns pesquisadores (ALMEIDA, 2006; MACHADO, E., 2006, 2008, 2009; PRADO, 2010) responsáveis por atualizaram o conceito diante das novas teorias a respeito do terceiro setor. Essa linha dá preferência ao termo biblioteca comunitária, que será melhor analisado na última parte deste capítulo.

A outra corrente não é propriamente uma linha teórica consolidada a respeito das bibliotecas, pois, até o momento, não foram observados muitos trabalhos que se dediquem a tratar da biblioteca como campo de transmissão de ideologias. Porém, com base no texto “Alfabetização de adultos e biblioteca populares – uma introdução”, de Paulo Freire (1989) e no trabalho do próprio Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997), pode-se afirmar que alguns autores, de maneira desarticulada e pontual, pensaram a biblioteca como espaço de formação ou reprodução de ideologias.

O fato de existir uma contradição entre os interesses sim das classes populares e os valores intrínsecos às bibliotecas públicas, permite analisar as bibliotecas sobre uma ótica na qual ela se torna um importante fator de transmissão ideológica e reprodução social e cultural.

A biblioteca popular é fundamentalmente um espaço alternativo de construção ideológica. Funciona como um centro de cultura e educação, proporcionando não só uma relação ativa dos indivíduos com livros, mas também com a sociedade.

Não é possível pensar a biblioteca popular afastada de um projeto de educação, porém, há de se observar que a educação não é um processo neutro. Bourdieu (2009) ao estudar o

sistema de educação francês no início da segunda metade do século XX observou que a suposta neutralidade do sistema acaba por beneficiar os herdeiros das classes dominantes. Paulo Freire também alertou para o fato de que a educação não é neutra. “Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político.” (1989, p.23)

Observar a biblioteca como um espaço onde se reproduz a ideologia dominante não é comum aos biblioteconomistas, o trabalho de Almeida Júnior (1997) é raro por defender tal visão. Percebe-se uma grande influência de Paulo Freire na análise do pesquisador. A seguinte constatação do autor da obra “A Pedagogia do Oprimido” é adaptada para o estudo da biblioteca pública no livro de Almeida Júnior: a educação de um lado, reproduz a ideologia dominante, mas, de outro, proporciona, independente da intenção de quem detêm o poder, a negação daquela ideologia (ou o seu desvelamento) pela confrontação entre ela e a realidade (1989, p.25).

O importante no texto de Paulo Freire (1989) não é só a questão política da educação, mas também, “o direito de dizer a sua palavra”, ou seja, os alunos têm o direito à fala e o educador o dever de ouvi-los. Talvez por isso a biblioteca popular tenha um papel na documentação da história local. E assim, dando oportunidade àqueles indivíduos que estão sendo alfabetizados de contar os eventos, fatos e lendas comuns à região através de depoimentos orais ou escritos,

a biblioteca popular, como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros é vista como fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com o contexto. Daí a necessidade que tem uma biblioteca popular centrada nesta linha de estimular a criação de horas de trabalho em grupo, em que se façam verdadeiros seminários de leitura, ora buscando o adentramento crítico no texto, procurando apreender a sua significação mais profunda, ora propondo aos leitores uma experiência estética, de que a linguagem popular é intensamente rica (FREIRE, 1989, p. 33).

A biblioteca popular de Paulo Freire (1989) está muito ligada à alfabetização de adultos, funcionando como um suporte para o entendimento “da relação entre 'leitura' do mundo e leitura da palavra escrita” (p. 32). Entretanto, questões como a reprodução e crítica à ideologia dominante, documentação e aproximação com a cultura regional, se tornam relevantes para todas classes subjugadas pela cultura dominante, não apenas para comunidades que estão sendo apresentadas ao mundo letrado.

Pensar a biblioteca a partir de uma perspectiva mais crítica é fundamental, levando em consideração seu caráter educativo, político e informativo. Muitos pesquisadores não analisam profundamente tais questões. Isso traz a necessidade de buscar em diversas áreas autores que, de alguma forma, tratem das bibliotecas, e assim analisando campos que vão além das áreas de biblioteconomia ou ciências da informação.

Gramsci (1982) chega a comentar a respeito das bibliotecas populares, em um texto em que realiza algumas observações sobre pedagogia e organização da cultura. O autor faz referência ao trabalho de Alfredo Fabietti sobre as bibliotecas populares milanesas. Infelizmente, não há nenhum aprofundamento de Gramsci no assunto, o autor apenas levanta algumas questões sobre o texto de Fabietti que afirma serem os operários os grandes clientes das bibliotecas populares, eles organizavam os livros e chegavam até a dar contribuições em dinheiro para a manutenção e compra de acervo.

As bibliotecas populares não são uma questão nova, todavia os trabalhos sobre elas estão difusos, e são difíceis de encontrar. Nos últimos anos o termo biblioteca popular vem caindo em desuso. Também, como já foi mencionando, é comum o uso dos termos comunitária e popular como sinônimos, o que dificulta a diferenciação destes, mesmo Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997) não tem preocupação em ressaltar as distinções entre as bibliotecas comunitárias e populares. O autor apenas menciona como cada pesquisador define os modelos de bibliotecas, entretanto, muitas vezes tais definições apontam muito mais para as similaridades, do que para as diferenças entre a biblioteca comunitária e a popular.

No campo se observa dificuldade em afirmar que uma determinada biblioteca é popular, mesmo porque os modelos acabam se misturando. É como Almeida Júnior (1997) disse: muitas das características da biblioteca comunitária ou popular já fazem parte das bibliotecas públicas ou de alguma forma podem ser assimiladas por elas.

Porém, explicar tais nomenclaturas foi necessário para realizar uma distinção entre os pesquisadores que pensam a biblioteca como uma ação política daqueles que irei descrever no próximo subcapítulo.

### **2.3 A biblioteca comunitária**

Tal divisão entre bibliotecas populares e comunitárias fica muito clara a partir do avanço das teorias neoliberais. Os recentes trabalhos, principalmente a tese de Elisa Machado

(2008), buscam restaurar o termo biblioteca comunitária para adequar a novos conceitos, tais como: terceiro setor e organização não governamental, também conhecida como ONG.

Segundo Oswaldo Francisco de Almeida Junior, a expressão biblioteca comunitária aparece pela primeira vez na literatura brasileira no trabalho de Carminda Nogueira de Castro Ferreira, no artigo intitulado “Biblioteca pública e escolar”, cujo tema era a experiência estadunidense de integração entre a biblioteca pública e a escolar (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.94; MACHADO, E., 2008, p.53).

Ainda segundo Almeida Júnior, a denominação biblioteca comunitária surge também como o intuito de amenizar as propostas provenientes das bibliotecas populares, “tornando-as mais compatíveis, adequadas e assimiláveis pela classe dominante” (1997, p.93). A partir de um trabalho de análise das bibliotecas autodenominadas comunitárias, o autor faz a seguinte afirmação:

evidenciam, na maioria delas (bibliotecas autodenominadas comunitárias), um trabalho que se pode traduzir como 'assistencialista', possibilitando afirmar que tais bibliotecas possuem características muito mais voltadas para ideologia das classes dominantes do que a própria biblioteca pública (*ibidem*, p.94)

É interessante observar como muitos pesquisadores que dão preferência ao termo biblioteca comunitária têm um discurso que busca amenizar algumas expressões. Como é o caso de Elisa Campos Machado (2008) a questão da reprodução da ideologia dominante é deixada de lado em nome da inclusão social. Para a autora, biblioteca comunitária não é um espaço de formação ideológica, mas um local de “quase enfrentamento social” (p. 51).

Os pesquisadores, de um modo geral, tendem a concordar que as bibliotecas comunitárias têm um forte vínculo com a comunidade local. Mas os pontos de acordo parecem parar por aí. Elisa Machado (2009) escreveu um artigo intitulado “Uma Discussão Acerca do Conceito de Biblioteca Comunitária”, que trata exatamente dos diversos usos do termo biblioteca comunitária. A autora procura demonstrar como o termo vem sendo usado de maneira displicente por pesquisadores, bibliotecários e usuários, e apresenta cinco itens a serem verificados para estipular se uma biblioteca é comunitária:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade.

4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação. (MACHADO, E., 2009, p. 89, grifo do autor)

Inicialmente a pesquisadora parece ser rígida em sua classificação, porém, na pesquisa de campo para tese (MACHADO, E., 2008) torna-se um pouco mais flexível quanto às características das bibliotecas comunitárias, chegando a afirmar que uma comunidade de paleontólogos ou de imigrantes, poderiam formar uma biblioteca comunitária. Nesses casos pode até haver um combate à exclusão informacional, entretanto, se existe uma dificuldade ao acesso à informação é devido ao tema muito específico, ou a uma barreira ocasionada pela distância, língua ou cultura, não existindo, nesses casos, uma luta pela igualdade e justiça social. A autora também ressalta a possibilidade de instituições externas a comunidade incentivarem a criação de uma biblioteca comunitária.

É interessante comparar os tópicos de Elisa Machado com os de outros pesquisadores que também buscaram classificar a biblioteca comunitária

#### Objetivos

- atender uma comunidade específica;
- desenvolver o hábito da leitura;
- conscientizar a população na participação comunitária e na preservação de um bem público;
- tornar a biblioteca um fator integrante da comunidade (SARTI; GUIRALDI, VICENTINI *apud* ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 98 grifo do autor)

A diferença fundamental entre as duas está na hipótese da Elisa Machado de que as bibliotecas comunitárias surgem “como práticas espontâneas, idealizadas e implementadas por agentes individuais ou coletivos; cidadãos comuns, com ou sem instrução formal, com ou sem apoio institucional” (MACHADO, E., 2008, p.49)

Analisando outros textos mais recentes sobre biblioteca comunitária, pode-se reparar uma influência muito grande de Elisa Machado. Por exemplo, o único trabalho de Maria Christina Barbosa Almeida (2006) sobre biblioteca comunitária foi realizado em coautoria com ela. Esse é um artigo apresentado no evento “Encontros com a Biblioteca: Bibliotecas comunitárias e populares: diálogo com a universidade”. O trabalho descreve e apresenta iniciativas de bibliotecas comunitárias, sendo elas: a Biblioteca do Projeto Casulo; o Projeto de mediação de leitura da Obra social da Paróquia de São Mateus Apóstolo; a Biblioteca Comunitária Livro-por-que-te-queiro; a Biblioteca UNAS Heliópolis; a Biblioteca Comunitária Solano Trindade e Associação Biblioteca Zumaluma; e o projeto de pesquisa



Estudo de viabilidade para implantação de uma biblioteca na Obra Social Paróquia São Matheus Apóstolo, desenvolvido pela USP. Todavia, não há uma preocupação em realizar uma discussão sobre o termo biblioteca comunitária de maneira tão detalhada como em outros trabalhos da Elisa Machado (2008; 2009).

As autoras se dedicam apenas em realizar uma pequena contextualização social tendo como base Maria da Glória Gohn, Anthony Cohen e Zygmunt Bauman. São levados em consideração características da sociedade contemporânea que Almeida e Elisa Machado jugam relevantes, como a existência que um “campo multifacetado, de uma esfera pública”, onde a comunidade não é mais “um espaço exclusivo da sociedade civil”, e sim uma articulação entre múltiplos agentes e atores sociais. Entre eles se destacam: o Terceiro Setor, as universidades e alguns setores governamentais (GOHN *apud* ALMEIDA; MACHADO, E., 2006, p. 2).

O trabalho dessas pesquisadoras não é o primeiro a tentar compreender as bibliotecas comunitárias a partir das teorias do terceiro setor. Tal expressão, criada há mais de 30 anos, começou a ser usada massivamente na área de biblioteconomia no início do século XXI. Como por exemplo, é o caso da monografia “Bibliotecas Comunitárias em Regiões de Exclusão Social na Cidade de São Paulo: estudo de caso da Biblioteca Comunitária Solano Trindade”, escrita por Charlene Kathleen de Lemos (2005). O trabalho dedica um capítulo inteiro ao terceiro setor, realizando toda uma análise bibliográfica do conceito.

Quando se observa os projetos de bibliotecas denominadas comunitárias percebe-se uma grande dependência destes projetos ao capital privado. Como é o caso da Biblioteca Comunitária Ler é Preciso COOPAMARE. Assim que o Instituto Ecofuturo terminou a parceria com a cooperativa, a biblioteca não deve condições de continuar com suas atividades. O Instituto EcoFuturo, gerido e financiado pela Suzano Papel e Celulose, não é a única ONG de uma empresa privada a apoiar bibliotecas comunitárias. No Estado do Rio de Janeiro se constatou a atividade de 26 bibliotecas autotransformadas como comunitárias (Anexo A), dessas, 12 recebem algum tipo de apoio do Instituto C&A. Tal ONG, como o próprio nome diz é financiada pela loja de departamento C&A, e através do projeto Prazer em Ler investe em projetos de incentivo à leitura localizados, principalmente, em regiões carentes.

Segundo o levantamento de Lemos (2005) foram localizadas 45 bibliotecas comunitárias na cidade de São Paulo. Segundo a autora “uma das características importantes, de todas elas, é que são financiadas pelo terceiro setor, revelando, dessa forma, que a ligação dessas bibliotecas é com a sociedade civil e não com o Estado” (2005, p. 79) Porém os resultados do levantamento feito no Estado do Rio de Janeiro pode constatar algo diferente.

As ONGs que financiam as bibliotecas comunitárias, como é o caso do Instituto C&A, têm uma grande dependência do setor privado. Sendo assim, a ligação dessas bibliotecas, realmente não é com o Estado, mas também, não é com a sociedade civil. O que aconteceu, exatamente em São Paulo, com a COOPAMARE, ressalta essa dependência. Quando uma instituição suspende a verba para um projeto social, o que você faz? Simplesmente fecha as portas como foi o caso da biblioteca na cooperativa dos catadores. Não há muito o que fazer além de procurar novos financiadores, algo que não é fácil.

Todavia, algo que merece atenção é o fato de que quando a biblioteca pertence ao Estado, ela está sujeita às vontades, muitas vezes eleitorais, dos governantes. E quando gerenciada pelo terceiro setor – ou melhor dizendo, pela sociedade civil do bem (RAMOS, 2007) – essa também fica dependente das verbas, interesses e perspectivas de lucro do capital privado.

Voltando a comentar os autores que tratam sobre bibliotecas comunitárias analisados por este trabalho só faltou mencionar Geraldo Moreira Prado (2010). O autor não estabelece diretamente uma relação entre as bibliotecas comunitárias e o terceiro setor, como o texto da Charlene Kathlen de Lemos (2005) ou como as pesquisadoras Maria Christina Barbosa Almeida (2006) e Elisa Campos Machado (2008; 2009). Porém, ele considera a tese desta última (MACHADO, E., 2008) como uma das obras importantes para “o discurso fundador da biblioteca comunitária como território de memória” (PRADO, 2010, p.140-141).

Prado não faz menção aos trechos das obras para ilustrar “o discurso fundador da biblioteca comunitária como território de memória” (*ibidem*, p.140), porém dá a entender que nas obras citadas existe uma semelhança no modo de se pensar a biblioteca. Elisa Machado (2009) não chega a considerar a biblioteca comunitária como território de memória, mas possivelmente deve concordar com a afirmação de que a biblioteca comunitária é

um sujeito ativo que desempenha um papel fundamental como espaço ideal de leitura, educação, organização social, cidadania, desenvolvimento sustentável, transferência da informação, linguística/dialogismo etc., e não como um organismo voltado aos interesses exclusivos de quem a dirige (*ibidem*, p.141)

Se em nenhum momento Elisa Machado (2008) utiliza a expressão território de memória para definir a biblioteca comunitária, em contrapartida ela afirma que tal projeto deve colaborar para o desenvolvimento da comunidade, criando espaços públicos voltados para emancipação e a prática cidadã (p.51). Apesar das distinções, pode-se dizer que, em geral, tais pesquisadores têm uma tônica parecida.

Para pesquisadores como Elisa Machado (2008; 2009) e Lemos (2005) o terceiro setor é visto como organizações da sociedade civil. E essas instituições se diferenciam do “Estado e das empresas por se caracterizarem como instituições não governamentais sem fins lucrativos” (MACHADO, E., 2008, p.43). O que se deve questionar aqui é a visão destes pesquisadores a respeito da sociedade civil.

Há de se perceber que quando sociedade e terceiro setor confundem-se há uma ação em prol da manutenção da ideologia dominante, favorecendo ainda mais o avanço da doutrina neoliberal. Tal terno, analisado de maneira acrítica despolitizado e desideologizado, ganhou muita força com o crescimento do neoliberalismo.

essa sociedade civil *do bem* se tornou importante instrumento de legitimação do capital, na medida em que incorporou as idéias liberais de *terceiro setor* e *não-governamental*. Idéias que, por sua vez, foram absorvidas pelo ideário capitalista conservador e são hoje uma de suas principais ferramentas de desqualificação da política e de supervalorização da técnica, tais como expressas, principalmente, na chamada *ciência econômica neoliberal*. (RAMOS, 2007, p.22, grifo do autor)

Aqui volta-se a tônica de Almeida Júnior (1997), quando ele observa que nas bibliotecas comunitárias a ideologia dominante se difunde mais facilmente do que na biblioteca pública.

Há diversas maneiras de se entender a sociedade civil, porém reduzir esse a um espaço de ação do terceiro setor, como grande parte dos pesquisadores das bibliotecas comunitárias acaba por provocar um esvaziamento crítico e político.

O próximo capítulo será dedicado a uma análise mais tátil do objeto, e ao invés de uma visão despolitizada, convido vocês a uma crítica às teorias aqui apresentadas, com o objetivo de se entender melhor as articulações da biblioteca comunitária ou popular com a sociedade.

### **3. UMA VISITA À BIBLIOTECA OBSERVANDO ASPECTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E IDEOLOGIA**

O capítulo anterior foi dedicado a uma revisão bibliográfica e a uma exemplificação e divisão de duas linhas teóricas importantes para esse trabalho.

Todavia, ainda não foi esclarecida uma questão fundamental: o que se entende por democratização do acesso ao livro. A expressão democratização do acesso é muito usada nos trabalhos das áreas de Comunicação Social, Ciência da Informação e Biblioteconomia, porém existem grandes diferenças entre: democratização do acesso à informação, democratização do acesso ao livro e democratização do livro.

Portanto, a parte inicial deste capítulo será dedicada a uma análise das expressões democratização do acesso ao livro e democratização do livro. Tal questão mereceria um capítulo inteiro ou até mesmo um trabalho só sobre ela. Porém, essa não foi uma discussão recorrente nos textos sobre bibliotecas públicas, comunitárias e populares. Por conta das limitações espaço-temporais de um trabalho monográfico, optou-se por priorizar a pesquisa empírica em detrimento de maior refinamento conceitual. Desta forma, a parte dedicada a questões da democratização não será tão vasta quanto poderia ser. Na segunda parte deste capítulo serão apresentadas as bibliotecas visitadas. Não haverá uma divisão entre bibliotecas comunitárias e populares como no capítulo anterior por dois motivos: primeiramente é muito difícil encontrar um projeto funcionando em uma lógica contra-hegemônica. A biblioteca que reuniria mais características de um projeto popular seria a gerida pela Escola da Mata Atlântica (EMA), em Aldeia Velha, no município de Silva Jardim, uma organização autônoma de educação popular e cultura livre. Porém, esta não pode ser visitada, pois a EMA está passando, no momento, por um período de reestruturação e não pode receber o autor deste trabalho. O segundo motivo, mais importante do que separar os modelos de biblioteca é observar como a ideologia é transmitida nesses espaços e como a democratização do acesso ao livro se dá de fato.

As três bibliotecas reunidas aqui se autoclassificam como comunitárias e, levando em consideração os aspectos apresentados no capítulo 2, também deveriam ser tratadas como tal. Com exceção de alguns pontos, principalmente encontrados na Biblioteca Comunitária Tobias Barreto que é colocada em uma fronteira entre o popular e o comunitário por subverter

algumas características tradicionalmente presentes nas bibliotecas. Mais a frente veremos essas questões.

### 3.1 A democratização do acesso ao livro

Antes de discorrer sobre as bibliotecas visitadas é necessário esclarecer o que se entende por democratização do acesso ao livro, já que essa é uma das muitas funções exercidas pela biblioteca, seja ela pública ou alternativa. Mesmo porque esse termo não é muito comum na literatura relativa ao tema. Existe uma preferência pelas expressões “democratização da leitura” (ALMEIDA, MACHADO, E., 2006) (MACHADO, E., 2008), “democratização da informação” (MACHADO, E., 2008) (LEMOS, 2005) e “democratizarão do acesso à informação” (LEMOS, 2005). O trabalho de Elisa Machado (2008) em alguns momentos faz uso também do termo “democratização do acesso ao livro”. Essas são muitas vezes utilizadas como sinônimos, apesar de haver sutis diferenças entre elas.

Com a difusão da *internet*, *LAN houses* e telecentros, a democratização do acesso à informação não tange apenas a esfera da biblioteca, mas uma série de outros espaços, sejam concretos ou digitais, muitas vezes mais eficientes nessa função do que a própria biblioteca. Entretanto, ao ter como objeto a biblioteca, comunitária ou popular, observa-se que o principal meio de comunicação acessado em tais espaços ainda é o livro em sua forma impressa.

A partir de então é necessário esclarecer que falar de democratização do livro, não é tratar de acesso à informação ou a dados, mas sim, da difusão de um meio de comunicação. Um mesmo romance pode ser lido pela *internet* ou em um livro. Muitas vezes trata-se da mesma informação, porém em meios de comunicação diferentes, e é claro que as experiências são distintas também. Vale questionar se a mensagem é a mesma, infelizmente aprofundar em tal assunto não é o objetivo deste trabalho.

Sendo assim, restam duas expressões a serem observadas: democratização do acesso ao livro, que envolve a questão da difusão de um meio de comunicação e democratização do livro, que traz questões mais profundas referentes ao direito à comunicação.

Analisando inicialmente a primeira expressão, no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa o verbo democratizar tem como um dos significados: “tornar(-se) popular; colocar(-se) ao alcance do povo, da maioria da população” (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001, p. 935). Já o substantivo acesso: “possibilidade de comunicar-se com um dispositivo, meio de armazenamento, unidade de rede, memória, registro, arquivo, etc.,

visando receber ou fornecer dados” (*ibidem*, p. 52). Segundo este ponto de vista, mais coloquial, democratizar o acesso seria proporcionar a maioria das pessoas condições para receber ou enviar dados por um determinado dispositivo.

No entanto, não é tão simples, seguindo essa lógica poderia se afirmar que o acesso à televisão no Brasil é democrático, já que a maioria dos brasileiros assiste TV. No senso comum tal afirmação pode até ser defendida, porém para um trabalho acadêmico deve-se aprofundar no debate sobre democratização.

A democratização do acesso a um determinado meio de comunicação, pressupõe uma relativa igualdade na qualidade do acesso ao meio, o que na maioria das vezes não acontece. Todavia, é impossível discutir tal termo sem entrar na questão do direito à comunicação.

Em 1980, a UNESCO publicou um documento chamando “Um Mundo e Muitas vozes: comunicação e informação na nossa época”, também conhecido como Relatório MacBride. Este é “um vasto, denso e instigante documento”, em muitos pontos contraditório, devido as diferentes visões políticas e ideológicas dos membros da comissão. Mesmo assim é o documento mais completo já produzido sobre comunicação (RAMOS, 2005, p. 246).

Além de constatar que “a difusão de livros é muito desigual, tanto dentro de cada país como entre eles”, sendo que a maioria das publicações está concentrada nos países industrializados (UNESCO, 1983, p. 94), o relatório também dedica um capítulo à questão da democracia nos meios de comunicação, e resalta alguns aspectos importantes.

Cabe definir democratização dizendo que é o processo mediante o qual: a) o indivíduo passa a ser elemento ativo, e não um simples objeto da comunicação; b) aumenta constantemente a variedade de mensagens intercambiáveis; c) aumentam também o grau e a qualidade da representação social na comunicação ou na participação. (*ibidem*, p. 227)

Aqui já se aborda a expressão democratização do livro, e envolve questões mais amplas relativas ao meio de comunicação e não apenas ao acesso. Observa-se que para haver uma democratização do meio, o indivíduo não pode ter um papel passivo no processo de comunicação, deverá haver uma variedade de mensagens proporcionando um aumento no grau e na qualidade de representação e participação social na comunicação.

Mas, como já foi visto anteriormente, quem controla indiretamente as publicações são as classes mais altas, com poder de adquirir o livro. As editoras comerciais direcionam suas publicações para as classes sociais com capital para adquirir a obra impressa. Assim, os indivíduos sem condições de comprar livros têm menos influência no mercado editorial e na escolha das obras que serão ou não publicadas.

Democratizar um meio envolve questões mais complexas do que democratizar o acesso a esse meio. Apesar de muitos negarem, o livro é uma mercadoria, a produção de tal objeto não está dissociada da forma de produção do sistema capitalista. E por tal característica a democratização do livro envolve além de questões relativas a um processo de comunicação mais representativo, participativo e plural, também uma esfera econômica.

Levando em consideração que “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’” (MARX, 2006, p.57). E sendo o livro uma mercadoria, democratizar tal objeto – dotado de valor de uso e valor de troca – vai de encontro com a lógica de produção. Porque envolve a democratização de uma mercadoria em uma sociedade regida pela acumulação destas.

A biblioteca, como foi analisada no capítulo dois, não se apresenta com a função de democratização do livro. O que tange a esfera da biblioteca é a difusão do acesso ao livro, ou, do acesso à obra impressa. Levando em consideração que o “acesso é apenas um dos aspectos da democratização” (RAMOS, 2005, p. 249). Ou seja, a expressão democratização do acesso, utilizada tantas vezes por esse trabalho, é uma visão limitada da democratização, pois a democratização de um meio de comunicação envolve não só os aspectos quantitativos obtidos pela difusão do acesso, mas também questões de igualdade no intercambio de informações.

(A democratização da comunicação) Significa também possibilidades mais amplas – para as nações, forças políticas, comunidades culturais, entidades econômicas e grupos sociais – de intercambiar informações num plano de igualdade, sem domínio dos elementos mais fracos e sem discriminações. Em outras palavras, implica mudanças de perspectiva (*ibidem*, p. 249).

A biblioteca não tem capacidade de influir na estrutura de produção do livro, portanto, ela restringe seu campo de atuação à democratização do acesso ao livro. Mesmo quando existe a produção de conteúdo nas bibliotecas ela é pequena e muito restrita. Por promover uma democratização do acesso aos livros produzidos para e pela classe dominante a biblioteca acaba por contribuir para a transmissão da ideologia hegemônica.

Como foi dito, a democratização do livro depende de subverter a lógica de produção do livro, voltada para as classes dominantes. Por outro lado, a democratização do acesso ao livro permitiria uma distribuição do livro com relativa igualdade, todos teriam formas similares de acesso, permitindo àqueles que não têm contado com obras impressas a possibilidade da leitura.

### 3.2 Biblioteca parte a parte

A pesquisa de campo não se deu de forma tão extensiva quanto se propunha, não houve entrevistas com usuários ou um acompanhamento das atividades da biblioteca por um período determinado. Mas uma simples visita e uma análise do espaço geográfico onde a biblioteca se situa, já permitiram diversos questionamentos.

Inicialmente as bibliotecas escolhidas para análise foram:

- Biblioteca Comunitária do Ponto de Cultura Caipira, em Aldeia Velha, Silva Jardim;
- Biblioteca Comunitária Canto da Leitura do Horto, no Jardim Botânico, Rio de Janeiro;
- Biblioteca Atelier das Palavras, na Mangueira, Rio de Janeiro; e
- Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE, em Pinheiros, São Paulo.

Porém, essa seleção inicial sofreu algumas alterações. Mas a frente serão explicadas as dificuldades que levaram a exclusão das bibliotecas de Aldeia Velha e do Horto, e a seleção posterior da Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes, localizada na Vila da Penha, Rio de Janeiro.

A Biblioteca Comunitária do Ponto de Cultura Caipira foi escolhida para análise por ser a única que inicialmente poderia ser classificada como biblioteca popular. Vinculada ao projeto EMA, tal organização visa uma educação ecológica, baseada nos seguintes princípios: 1- valorizar o conhecimento tradicional da região – tanto tratamentos medicinais alternativos, quanto lendas e histórias locais – e realizar uma conexão deste com o conhecimento técnico-científico; 2- defesa do *copyleft* e da inteligência coletiva; 3- Permitir a livre circulação da informação e a democratização do conhecimento.

Tais propostas colocam o projeto e sua biblioteca em uma posição rara que vai muito além do simples discurso ambiental ou comunitário, há um questionamento da ideologia hegemônica, e a tentativa de construção de um capital simbólico a partir da valorização do conhecimento tradicional e não somente através da assimilação dos símbolos da cultura dominante. Além de ser a única biblioteca presente no levantamento (Anexo A) estabelecida em uma zona rural.

No entanto, por estar em um processo de reestruturação não houve como realizar uma entrevista como os responsáveis pela biblioteca. Outro projeto descartado pela pesquisa, a Biblioteca Comunitária Cantinho da Leitura do Horto, também tinha uma proposta ambiental,



porém não tinha como princípio propostas semelhantes à biblioteca da EMA. Pretendia-se uma integração entre o indivíduo e a natureza, mas, a primeira vista, não se buscava uma alternativa à ideologia dominante.

A biblioteca da Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR) havia sido escolhida para se realizar um contraponto com o projeto da EMA. Porém a impossibilidade de pesquisa junto à EMA e a dificuldade de contato com AMAHOR provocou a retirada da Biblioteca Comunitária Cantinho da Leitura do Horto do trabalho, sendo substituída pela Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes.

O principal fator que foi considerado para a troca foi as duas atenderem usuários de classe média, apesar da primeira estar na Zona Sul e a segunda na Zona Norte do Rio de Janeiro. Muitas das bibliotecas analisadas atendem a classes mais pobres, e já havia sido escolhida uma biblioteca com tal característica – a Biblioteca Atelier das Palavras – se fosse considerada a questão geográfica, a mais próxima seria a Biblioteca Cantinho da Natureza, em Copacabana, essa também com uma proposta ambiental. Mas essa biblioteca atente a crianças carentes do Morro dos Cabritos, ou seja, públicos e objetivos distintos do projeto da AMAHOR. Outro fator que influenciou na escolha da biblioteca da Zona Norte foram as críticas feitas a essa por Elisa Campos Machado (2008).

Assim foi planejada a pesquisa de duas bibliotecas: a primeira localizada em uma região carente de recursos públicos; e a outra em local com mais opções de cultura e lazer, voltada para atender uma classe média. Já uma terceira, a biblioteca da COOPAMARE foi selecionada por reunir aspectos singulares como: único projeto localizado numa região rica a atender uma comunidade pobre, única biblioteca comunitária voltada principalmente para adultos localizada a menos de 500 metros de uma biblioteca pública e única dentro de uma cooperativa de trabalhadores.

A Biblioteca Atelier das Palavras se distingue de outras bibliotecas, pois é parte de um projeto da Associação Meninas e Mulheres do Morro. Esse foi o único projeto a ser visitado duas vezes, para se confirmar alguns dados não verificados na primeira entrevista. Inicialmente, imaginou-se que tal biblioteca estava voltada especialmente para o público feminino, pois era essa a proposta existente nos primeiros anos da associação, voltar-se às meninas e mulheres, porém a pesquisa constatou que tal prerrogativa estava errada, atualmente a biblioteca atente basicamente crianças.

Como já foi falado, a opção metodológica priorizou entrevistas e visitas aos locais. Portanto, todas as informações apresentadas nos itens abaixo foram recolhidas através desses meios e da observação do espaço. A seguir uma tabela com as bibliotecas e os dados dos

entrevistados. Por respeito à vontade da funcionária da Biblioteca Municipal Alceu Amoroso Lima seu nome não será revelado.

**Tabela 1: Bibliotecas, nomes dos entrevistados e datas das visitas**

<b>Nome da Biblioteca</b>	<b>Nome do entrevistado</b>	<b>Função do entrevistado na biblioteca</b>	<b>Data da visita</b>
Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE	Joana Albina da Silva	Antiga responsável	25/05/2011
Biblioteca Municipal Alceu Amoroso Lima	-	Bibliotecária	26/05/2011
Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes	Evando dos Santos	Idealizador e responsável	07/06/2011
Biblioteca Atelier das Palavras	Bárbara Camilo e Bárbara Furtado	Funcionárias da Associação Meninas e Mulheres do Morro	13/06/2011 e 28/06/2011

Esta parte do trabalho pretende contextualizar as experiências observadas, abordando os pontos já analisados por este texto. As diferenças entre os três projetos apresentados adiante são relevantes, no entanto uma comparação não será a tônica aqui. Cada biblioteca é vista de acordo com suas peculiaridades, qual método permitiu olhar para as bibliotecas alternativas com uma visão distinta do burocrata sedento por classificação. Aqui não haverá afirmações confirmando se um projeto é ou não comunitário, e sim existirá questões mais relevantes para o desenvolver dessa pesquisa, como é o caso da Biblioteca da COOPAMAERE. Será que ela promove a inclusão social, ou só reforça a distinção entre os ricos e os pobres?

### **3.2.1 Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE**

A Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) nasceu em 1989, a partir de um projeto de apoio a moradores de rua da Organização de Auxílio Fraternal (OAF). Hoje funciona de maneira autônoma embaixo ao viaduto Paulo VI, em Pinheiros, um bairro de classe alta localizado na zona oeste de São Paulo. Foi a primeira cooperativa de catadores do Brasil, e a primeira a ter em sua sede uma biblioteca aberta à comunidade. Hoje, a cooperativa conta com 28

trabalhadores cooperativados e tem um papel social importantíssimo que vai além da reciclagem e proteção do meio ambiente. Administrada pelos próprios trabalhadores, a COOPAMARE se orgulha de ser a única organização de catadores no município que é completamente independente e não tem nenhum vínculo com instituições públicas ou privadas. Mesmo assim ela depende ainda muito de doações, a cooperativa ainda é refém da boa vontade da iniciativa privada e dos órgãos públicos. Por exemplo, os caminhões usados para a coleta dos materiais foi uma doação da Fundação Banco do Brasil, e até bem pouco tempo atrás, a cerca de a cooperativa corria o risco de ser despejada. A permissão para a utilização da área só foi assinada em 2007, pelo então prefeito Gilberto Kassab (PREFEITO..., 2007).

Em 29 de outubro do mesmo ano, foi inaugurada a Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE. Tal projeto contou com a iniciativa do catador Manoel Vítimo Soares<sup>16</sup>, na ocasião presidente da cooperativa, e com a parceria do Instituto Ecofuturo. O instituto doou cerca de 1500 livros, dois computadores e todo o mobiliário para o bom funcionamento da biblioteca. Além disso, ofereceu cursos aos cooperativados, com a finalidade de capacitá-los para administrar de forma independente.

A biblioteca funcionou muito bem por aproximadamente três anos. No decorrer de todo esse período o Ecofuturo contribuiu com uma bolsa para auxiliar o responsável pela biblioteca. Quem recebia essa ajuda do Instituto era a catadora Joana Albina da Silva, que se dedicava exclusivamente a manutenção do projeto. Porém, depois de algumas mudanças na direção do Instituto Ecofuturo a parceria com a COOPAMARE foi suspensa. Sem a bolsa, a cooperativa não conseguiu recursos para sustentar a biblioteca. Enquanto estava em funcionamento atendia aos catadores de materiais recicláveis cooperativados ou não, moradores de rua, além das creches e habitantes dos bairros de Pinheiros, Jardim Paulista e entorno. Atualmente fechada à comunidade, a biblioteca só abre as portas e faz empréstimos esporadicamente.

Apesar da Biblioteca Municipal Alceu Amoroso Lima estar localizada a menos de 500 metros da cooperativa, a desativação da biblioteca comunitária não fez com que os usuários desta buscassem os serviços da biblioteca pública. Segundo Joana Albina da Silva, os trabalhadores da COOPAMARE não se sentem a vontade na biblioteca pública, pois existe

---

<sup>16</sup> Não houve uma confirmação sobre a grafia do nome do catador durante a entrevista com Joana Albina da Silva, só com pesquisas posteriores percebeu-se que a depender da reportagem o nome era escrito de formas distintas: Manuel Vítimo Soares (COOPERATIVA..., 2007) ou Manoel Vítimo Soares (AUDIÊNCIA..., 2009). Esse trabalho deu preferência a grafia utilizada pela Agência de Notícias da Câmara dos Deputados, por ser um veículo mais respeitado.

ainda muito preconceito com os antigos usuários da biblioteca COOPAMERE. Esse fato também foi constatado por Elisa Campos Machado:

Retomando ao exemplo da biblioteca da Coopamare, seus usuários, moradores de rua, albergados e catadores de lixo, ao serem questionados por que não frequentam a Biblioteca Pública “Alceu Amoroso Lima”, localizada a duas quadras da biblioteca comunitária, respondem que não se sentem acolhidos naquele espaço. Um carroceiro nos diz “não tenho coragem de entrar lá descalço”. Outro colega completa: “Uma vez entrei e um guarda começou a me seguir” (2008, p. 97)

Assim, a biblioteca da COOPAMARE não atendia apenas seus cooperativados, parte de seus usuários eram moradores de rua. Para tomar emprestados livros na cooperativa não era necessário documento de identidade ou comprovante de residência, o cartão para controle dos usuários da biblioteca só fazia menção ao nome da pessoa, ao livro que foi emprestado e à data de devolução. Já na biblioteca pública, são exigidos uma série de documentos no cadastramento. Desta forma não só o preconceito afasta os usuários, mas também a burocracia. Afinal, como um sem-teto vai ter um comprovante de residência?

A Alceu Amoroso Lima é uma excelente biblioteca, ocupa um prédio moderno de três andares projetado especialmente para abrigá-la, tem um acervo diversificado com 36 volumes, revistas semanais e mensais das mais variadas – Caras, Galileu, Veja, Scientific American, Caros Amigos, entre muitas outras – também tem estantes para gibis, mangás e vídeos, além de um espaço para exposição de obras de artes. É um local dedicado à leitura, à arte e à cultura, frequentado por um público restrito. Seus usuários são principalmente moradores de Pinheiros, Higienópolis, Oscar Freire e adjacências.

Uma funcionária da biblioteca municipal entrevistada durante a realização deste trabalho reconheceu a falta de projetos voltados para os antigos usuários da biblioteca COOPAMAERE e justificou tal fato afirmando que a instituição não tem autonomia, todas as ações são direcionadas pela Secretária Municipal de Cultura. E, ao que parece, todos os projetos da prefeitura naquela região são voltados para uma elite intelectual.

Mas a ausência de medidas de integração social pela Biblioteca Alceu Amoroso Lima não significa que a Prefeitura de São Paulo não pense na democratização do acesso ao livro. O projeto Ônibus-Biblioteca conta com quatro veículos, estes visitam locais fixos de acordo com o dia da semana. Assim as pessoas podem ler ou pegar emprestado qualquer livro sabendo que dali a sete dias a biblioteca móvel estará de volta ao mesmo local. Proporcionalmente a iniciativa supera os empréstimos das bibliotecas municipais. Apesar da prefeitura estipular

que as regras de empréstimos são iguais para o Ônibus-Biblioteca ou para a biblioteca tradicional, a bibliotecária entrevistada afirmou que os funcionários do projeto são menos exigentes com as documentações.

Para afirmar a eficácia do programa, a entrevistada mostrou uma reportagem do Diário Oficial. A notícia na primeira página mostrava os seguintes números: o Ônibus-Biblioteca atendeu 112 mil usuários, e realizou 149 mil empréstimos, média aproximada de 28 mil usuários e 37 mil empréstimos por veículo, em 2010. No mesmo ano, as 53 bibliotecas municipais atenderam 961 mil usuários e emprestaram 737 mil livros, média de 18 mil usuários e 14 mil empréstimos por unidade (FALAVIGNA, 2011, p.1).

Os números mostram um projeto bem sucedido e que proporcionaria aos moradores de áreas carentes de bibliotecas e cultura uma oportunidade de contado com o livro. Mas, se a questão aqui é a democratização do acesso ao livro, é impossível não questionar as diferenças de se utilizar a biblioteca pública, comunitária ou dentro de um ônibus.

Examinando os números levantados na reportagem, observa-se que os leitores das bibliotecas municipais e os dos Ônibus-bibliotecas têm características distintas. É possível verificar que nos veículos o número de empréstimos supera largamente o número de usuários e nas bibliotecas tradicionais ocorre o oposto, o número de usuários supera o número de empréstimos. Enquanto a frequência nos Ônibus-bibliotecas é basicamente para pegar livros, os usuários das bibliotecas municipais vão em busca também de outras atividades oferecidas no espaço.

A democratização do acesso pressupõe igualdade de direitos, logo uma equivalência na qualidade do acesso, porém não é o que ocorre. O usuário da Biblioteca Alceu Amoroso Lima tem a disposição um acervo vasto com 36 mil volumes e uma série de outros serviços. Já os leitores da biblioteca da COOPAMAERE só poderiam mergulhar em um universo de pouco mais de dois mil livros.

Em contrapartida a Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE permitia algumas ações, inexistentes na biblioteca vizinha. Enquanto esteve aberta, o livro “Quarto de Despejo”, da catadora Carolina Maria de Jesus tinha local de destaque na estante. A catadora e autora é a homenageada da biblioteca, Joana faz questão de dizer que os livros dela foram traduzidos para diversas línguas. Seguindo esse exemplo, a biblioteca realizava atividades para incentivar seus usuários a escreverem histórias, depoimentos e poesias. Os livros escritos pelos catadores foram impressos em materiais reciclados e ficavam a disposição dos leitores na biblioteca da cooperativa.

Mesmo com tais iniciativas a biblioteca comunitária, ou Ônibus-biblioteca, não oferece a mesma diversidade de títulos que, por exemplo, a Biblioteca Alceu Amoroso Lima. São propostas distintas, porém que também criam públicos distintos. O que aconteceu com a biblioteca comunitária da COOPAMAERE e a biblioteca municipal de Pinheiros foi a existência de dois locais dedicados ao acesso ao livro em um espaço geográfico muito próximo, porém uma era a biblioteca de uma classe abastada e outra era direcionada aos mais pobres. Quando a biblioteca da cooperativa fechou, os usuários dessa não foram absorvidos pela Alceu Amoroso Lima.

Até que ponto houve uma democratização do acesso ao livro? A experiência da biblioteca da cooperativa paulista criou na mesma região dois espaços distintos, um reservado à elite e outro aos trabalhadores. O campo só orchestra-se de tal forma devido à existência de um poder imperceptível, em um primeiro momento. Não existem regras ou proibições determinado qual local cada indivíduo deve frequentar, no entanto, muitos catadores de papelão não se sentem à vontade na biblioteca municipal de Pinheiros.

o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem (BOURDIEU, 2005, p. 7)

Retomando a ideia de que a elite intelectual e a econômica exercem, mesmo que inconscientemente, domínio sobre a produção da mercadoria livro. Assim, a biblioteca corrobora para difusão da ideologia hegemônica entre as classes que não adquirem livros. No entanto, levando em consideração a argumentação tecida por Bourdieu, observa-se que tal fenômeno também possibilita a reprodução da estrutura.

Os símbolos são instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. Análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentimento do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (*ibidem*, p. 10).

A hegemonia sobre a produção de livros proporciona um acúmulo de poder simbólico, o que permite legitimar os aspectos culturais das classes dominantes.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra

(violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentaram e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (*ibidem*, p. 11).

Já buscamos em Bourdieu (2009) considerações sobre o sistema educacional, no capítulo dois o autor foi utilizado para mostrar como o sistema educacional não é neutro, pois privilegia os herdeiros das classes dominantes e transmite a eles o capital cultural acumulado pela classe de seus pais. Aqui está se observando a reprodução social e a reprodução cultural. Deve-se observar que os livros produzidos para uma elite cultural não necessariamente são os mesmos produzidos para uma elite econômica. Da mesma forma que a reprodução social e a cultural não se dão da mesma maneira. Mas as formas de dominação são equivalentes, ambas se justificam através de sistemas simbólicos.

Aqui se pretende perceber que não é por acaso que os antigos usuários da biblioteca da COOPAMARE ficam desconfortáveis na Biblioteca Alceu Amoroso Lima, os símbolos presentes na instituição municipal não são comuns aos trabalhadores. “A cultura que une é também a cultura que separa”, a cultura dominante corrobora para integração dos indivíduos da sua própria classe, assegurando uma comunicação entre seus similares e distinguindo-os das outras classes (BOURDIEU, 2005, p.10).

Então, assim, a não integração entre as duas bibliotecas levam a uma continuidade da estrutura social, legitimada por um poder simbólico. Preservando o espaço cultural da elite, e assegurando que nos espaços das classes dominadas se consumam os produtos culturais produzidos de acordo com a ideologia hegemônica.

Depois dessa análise será que ainda se pode falar de democratização do acesso nas bibliotecas do livro comunitárias? Já que existem espaços para dominados e espaços para dominantes. A biblioteca da COOPAMARE levou benefícios óbvios para a comunidade onde atuou, ela pode não ter democratizado o acesso ao livro, entretanto facilitou o contato de muitos trabalhadores com este objeto. Porém contribuiu para difusão da ideologia e manutenção da estrutura social.

### **3.2.2 Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes**

Não se iluda com os ângulos retos, ao ver o prédio da Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes, apesar da simplicidade e da ausência de curvas, essa construção foi projetada por Oscar Niemeyer. A história entre o pedreiro fundador da biblioteca e o famoso arquiteto já foi objeto de várias reportagens. Tudo começou no dia 17 de julho de 1998,

quando Evando dos Santos levou para sua garagem 50 livros encontrados na Avenida Brás de Pina, e, nesse espaço improvisado na casa do pedreiro a biblioteca funcionou por mais de dez anos.

Em 12 de dezembro de 2008, a poucos metros da antiga sede, foi inaugurado o novo prédio para abrigar a biblioteca. Além do Oscar Niemeyer e dos moradores da região, o pedreiro contou com a ajuda do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que aplicou 630 mil<sup>17</sup> reais a fundo perdido<sup>18</sup> para sua construção. Nunca houve investimento da iniciativa privada para ajudar a biblioteca, Evando conta com a sua esposa e com a colaboração de alguns moradores da Vila da Penha, bairro de classe média na Zona Norte do Rio de Janeiro.

A maneira heterodoxa como Evando dos Santos administra a Biblioteca Comunitária Tobias Barreto é motivo de algumas críticas de bibliotecários e jornalistas. Não existe nenhum catálogo, os livros estão separados apenas por assunto. Também não há burocracia, para tomar emprestado um livro não são necessários documentos ou um cartão da biblioteca. Não existe prazo para devolução, há somente uma filosofia repetida diversas vezes por Evando: “Os livros são livres: se não voltam, é sinal de que a literatura venceu”. Além de não haver uma preocupação em tornar o ambiente didático, leve e higienizado. Os cartazes colados nas paredes, estantes, janelas e teto com fotos e citações de Machado de Assis, Cornélio Pires, Gabriela Mistral, Narcisa Amália de Campos, Sílvio Romero, Tiradentes, Augusto dos Anjos, Brizola, entre muitos outros, permitem, por alguns minutos, a vista se perder em meio a tanta informação e livros.

Na literatura acadêmica, a principal crítica a Biblioteca Comunitária Tobias Barreto é da pesquisadora Elisa Campos Machado. Ela faz uso do livro “Razões práticas: sobre a teoria da ação” de Bourdieu para afirmar que o pedreiro Evando utiliza-se da biblioteca para acumular um capital cultural e social, visando projetar a sua posição no espaço social.

A necessidade de determinados indivíduos de mudarem sua posição no espaço social é evidenciada quando elegem a biblioteca como um projeto individual. Com base no pensamento de Bourdieu (2005), podemos inferir que a biblioteca é vista por esses agentes individuais como um meio de ampliar o seu capital cultural e social, de maneira a torná-los diferentes na estrutura do campo de forças do qual fazem parte.

Evandro da Silva, o pedreiro que criou a Biblioteca Comunitária Tobias Barreto, no bairro da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo disso. Transformou sua casa em um depósito de livros e, com a mídia a seu

<sup>17</sup> Os valores a respeito do investimento do BNDES são contrastantes, segundo a entrevista realizada com Evando o valor foi de 630 mil, já em reportagem assinada por Timóteo Lopes, para número 372 da revista Carta Capital, publicada no dia 14 de dezembro de 2005, o valor do investimento foi de 651 mil (p. 8-9).

<sup>18</sup> O BNDES realiza algumas operações a fundo perdido, são aquelas aplicações sem a necessidade de reembolso. Geralmente investimentos em projetos culturais ou de pesquisa.



favor, conseguiu projeção nacional (ARRUDA, 2004; BNDES, 2005; VIANNA, 2006). No entanto, o projeto está centrado na sua pessoa, a ponto de não permitir nenhum tipo de organização do acervo. Desta forma, todas as pessoas que procuram sua casa passam a depender da sua presença e memória para encontrar um livro no emaranhado de pilhas que se espalham pelos cômodos de sua casa (2008, p. 100-101).

Elisa Machado (2008) comete um pequeno equívoco ao descrever o caso da Biblioteca Comunitária Tobias Barreto, a autora acaba se confundindo ao redigir o nome de Evando dos Santos. Talvez método utilizado para averiguar esse objeto possa ser questionado. Apenas uma entrevista por telefone não é o suficiente para avaliar um projeto, todavia, o erro na grafia não influencia no resultado de sua tese.

Certamente, o pedreiro deseja alguma aceitação ou reconhecimento da sociedade por seu trabalho, mas não seria válida uma crítica ao projeto baseada apenas nesse ponto. Realmente a biblioteca comunitária da Vila da Penha depende da figura desse homem. Para a autora tal fato faz com que a biblioteca perca seu caráter comunitário. Em contra ponto, Elisa Machado (2008) julgava a Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE, como sendo realmente comunitária,

a biblioteca da Coopamare pode ser considerada uma biblioteca comunitária, pois o Instituto Ecofuturo agiu como um estímulo e apoiador para uma iniciativa que fazia parte do desejo da comunidade de catadores de lixo e o grupo, pela experiência de atuação na cooperativa, incorporou os princípios de participação na gestão da biblioteca (p. 107).

No entanto, como percebido anteriormente há uma forte dependência da biblioteca da cooperativa com a Suzano Papel e Celulose. Assim que a ONG da empresa cortou a verba destinada à biblioteca, essa fechou as portas.

Para desvalorizar a iniciativa de Evando dos Santos, a autora afirma que ele é “avesso a participação” (MACHADO, E., 2008, p.129). Essa é uma constatação que merece ser estudada com um pouco mais de atenção. Pois, em uma simples vista ao café literário na principal praça da região o Largo do Bicão, organizado pela Biblioteca Tobias Barreto de Menezes, se presenciará uma participação. O grupo é basicamente formado por professores, funcionários das áreas de educação e aposentados. Mesmo sendo tímida, há uma contribuição dessa pequena comunidade no desenvolvimento das atividades do projeto. Um traz o café, o outro empresta o carro pra transportar a mesa, e assim é montado um pequeno evento a céu aberto.

No início deste capítulo foi dito que a biblioteca da Vila da Penha seria aquela a reunir mais aspectos de uma biblioteca popular, sendo colocada em uma fronteira entre a popular e a comunitária. Tal afirmação é justificada pela existência de algumas características que subvertem a lógica de uma biblioteca tradicional.

A primeira é a forma como a biblioteca é organizada, existe uma mínima separação por assunto, diferentemente das bibliotecas apoiadas por ONGs de empresas privadas, cujos responsáveis pelo projeto geralmente recebem um curso para aprenderem métodos tradicionalmente aceitos, com intuito de catalogarem nos livros de acordo com moldes preestabelecidos. O segundo ponto é a forma como os empréstimos são feitos, não existe um prazo ou até mesmo obrigação de devolver um livro. Não são todos os livros que são tratados desse modo, existem livros, como a enciclopédia Barsa, que são apenas para consulta. Mas, em compensação, é permitido tirar até quatro fotocópias desses gratuitamente.

Outro aspecto é o acervo da biblioteca ser flutuante, atualmente conta com 55 mil exemplares. No dia do café literário chegou uma doação de duas sacolas grandes de livros. Porém, no mesmo dia Evando estava ansioso para terminar de encaixotar mil volumes e enviá-los para Bahia, para contribuir com a criação de mais uma biblioteca. O pedreiro fala com orgulho dos estados para onde já enviou livros.

As regras menos rígidas e organização diferenciada tanto do espaço, quanto dos livros, faz a biblioteca da Vila da Penha não se encaixar nos padrões estipulados por Elisa Machado (2008) para definir uma biblioteca comunitária. Mas é uma experiência bem rica que evolui e atende a uma comunidade, distante quase três quilômetros da biblioteca pública mais próxima. Além de promover soluções originais para incentivar o contato das pessoas com o livro, como por exemplo, a biblioteca itinerante, montada a partir de um carinho de bebê transformado em estante, com o qual Evando percorre as ruas das redondezas distribuindo livros.

Evando dos Santos é uma figura incomum, parece um personagem saído das páginas de Cervantes. Seja vestindo uma fantasia de homem livro, ou pintando as calçadas do Largo do Bicão com frases de escritores brasileiros, o pedreiro lembra um cavaleiro andante lutando contra o desinteresse pela leitura. Em cada fala, Evando procura demonstrar um conhecimento literário, gosta de citar Machado de Assis, Tobias Barreto entre outros.

Para funcionar normalmente a Biblioteca Comunitária Tobias Barreto depende muito do pedreiro, mas, não se pode afirmar que tal fato ocorre por Evando ser avesso à participação de outros indivíduos. Mesmo porque, não verificou a hipótese da comunidade abdicar-se da responsabilidade de administrar ou organizar a biblioteca. Tal questão não pode ser

averiguada apenas com uma visita, ou com uma entrevista realizada por telefone – como foi o caso da tese de Elisa Machado (2008) – para tanto é necessário uma etnografia do campo mais detalhada.

Independente de tal estudo, é interessante observar como o pedreiro reproduz a estrutura. Conforme a autora (*ibidem*) menciona, Evando dos Santos busca uma projeção em seu espaço social, para tanto ele precisa se inserir na lógica de produção do capital cultural. Ao reconhecer e reforçar os símbolos das classes culturalmente dominantes, ele acaba contribuindo para reprodução de tal estrutura. Como já foi visto no capítulo anterior a mobilidade controlada de alguns indivíduos entre as classes é importante para as sociedades que buscam se afirmar democráticas.

Questões como essa sempre terão de ser observadas ao se analisar as bibliotecas comunitárias. Também já foi falado aqui como a ideologia é difundida por esses projetos. No caso da biblioteca da Vila da Penha a flexibilidade das normas, a organização do espaço e a disposição do acervo vão de encontro com o que se espera de uma biblioteca tradicional. Tais fatos são criticados por alguns bibliotecários – como por exemplo, Elisa Machado (*ibidem*) na sua tese – todavia, permitem uma relação diferente entre o usuário e a biblioteca. Logo, poderá haver mais espaço para o desvelamento da ideologia hegemônica.

Aqui volta-se a questão de Almeida Júnior (1997), também já exemplificada no capítulo 2, ao mesmo tempo em que a biblioteca pública reproduz a ideologia dominante, ela abre espaço para a desmistificação dessa. O autor afirma que as bibliotecas comunitárias “possuem características muito mais voltadas para ideologia das classes dominantes do que a própria biblioteca pública” (p.94). Parece ser o caso das bibliotecas apoiadas por ONGs de empresas privadas, na medida em que tais instituições muitas vezes promovem uma reprodução das bibliotecas públicas, nos projetos comunitários.

Evando dos Santos em entrevista afirmou que gostaria do investimento da iniciativa privada, mas, desconhecia como organizar um projeto para receber os benefícios da Lei Rouanet. Para desenvolver tais planejamentos há de ter um conhecimento prévio e dominar certos símbolos. Quem agilizou as questões legais para a biblioteca ser contemplada com o investimento do BNDES foram alguns advogados e arquitetos da região, que se interessaram pelo desenho arquitetônico de Oscar Niemeyer e, voluntariamente, se dispuseram a ajudar.

O pedreiro não saberia realizar uma proposta formal para ser beneficiada pela Lei Rouanet. E mesmo que soubesse, para ser contemplado com investimentos de ONGs da iniciativa privada, provavelmente, ele receberia um curso para ensiná-lo a administrar a

biblioteca comunitária da Vila da Penha de acordo com os padrões de uma biblioteca pública tradicional.

Foi o que aconteceu com a Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE, o Instituto EcoFuturo promoveu aulas aos cooperativados para ensinar como organizar a biblioteca. Com Atelier das Palavras e o Instituto C&A ocorre um fato similar. Parece existir um modelo a ser seguido dos projetos financiados por tais ONGs. Com Instituto EcoFuturo tal fato já fica explícito nos nomes, todas as bibliotecas patrocinadas por ele chamam-se Biblioteca Comunitária Ler é Preciso, a única variação está no final quando é colocado o nome do local, ou no caso da COOPAMARE, o nome da instituição que recebeu a ajuda.

A Biblioteca Comunitária Tobias Barreto não é herdeira do catálogo de Antonio Panizzi ou ao do esquema de classificação de Melville Louis Kossuth Dewey, avanços fundamentais no campo da organização das bibliotecas atuais (BATTLES, 2003). Porém tais tecnologias não são fundamentais para bibliotecas pequenas.

Elisa Machado (2008) afirma que o fato de Evando dos Santos não distribuir o acervo em moldes tradicionais faz com que o leitor fique refém dele para buscar determinada obra. Realmente a divisão temática do pedreiro tem muito de subjetivo, e nem todos os volumes estão organizados. Mesmo assim, a biblioteca atende perfeitamente aos leitores, permitindo uma busca menos eficiente à obra, mas obrigando muitos a um caminhar vagaroso entre os livros. E caso a comunidade estivesse mais empenhada na administração da biblioteca poderia dispor o acervo de acordo com suas necessidades, sem recorrer aos métodos tradicionais.

Uma biblioteca pública exige tecnologias de busca e distribuição para atender os mais variados públicos e objetivos. Já uma biblioteca comunitária ou popular deveria estar voltada para questões mais específicas. Ao transportar o modelo de biblioteca pública, para a biblioteca comunitária, está se criando apenas dois espaços aparentemente semelhantes para classes distintas, como ocorreu com as bibliotecas da região de Pinheiros em São Paulo.

Como já foi visto uma das diferenças fundamentais entre a biblioteca comunitária e popular está neste ponto. Os projetos de bibliotecas comunitárias e aqueles que as defendem, frequentemente as observam como um modo de suprir a ausência do poder público. Portanto, transferem a estrutura tradicional de biblioteca para esfera comunitária, ou seja, apenas reproduzem o modelo. Já a biblioteca popular pretende-se como contraponto a biblioteca pública, com questões, soluções e objetivos distintos.

A Biblioteca Comunitária Tobias Barreto apresenta algumas características distintas da biblioteca pública. O fato de não existir uma data fixa para a devolução do livro cria uma

visão maior do comunitário, o retorno do livro à biblioteca não é enfatizado através de regras preestabelecidas, e sim pela a consciência de que outros podem necessitar da obra.

Porém, em muitos outros aspectos ela apenas reproduz os padrões vigentes. A própria centralização da administração do projeto na figura do Evando dos Santos é algo que contribui para a reprodução de alguns valores.

### **3.2.3 Biblioteca Atelier das Palavras**

Os dois projetos analisados anteriormente estão localizados em regiões de classe alta e média em suas respectivas cidades, já a Biblioteca Atelier das Palavras está situada em uma área mais pobre. Apesar da proximidade com pontos turísticos importantes da Zona Norte do Rio de Janeiro, como o Estádio do Maracanã, o Jardim Zoológico e o Museu Nacional, a sub-região da Candelária, no tradicional bairro da Mangueira, é muito carente de serviços públicos e espaços culturais.

A biblioteca foi criada em 2006 pela Associação Meninas e Mulheres do Morro em parceria com o programa Prazer em Ler do Instituto C&A. Atualmente a Atelier das Palavras faz parte de uma rede de bibliotecas, a Conexão Leitura.

Essa última surgiu em 2009 para integrar e facilitar uma troca de experiências entre os projetos de incentivo à leitura patrocinados pela C&A. Até o início 2011, a Conexão Leitura reunia cinco projetos relativamente autônomos. Além da Biblioteca Atelier das Palavras, eram esses: a Biblioteca Elias José, na Maré; a Biblioteca Esquina do Livro, no Campinho; a Biblioteca Wagner Vinicio, em Jacarepaguá; a Biblioteca Cantinho da Natureza, em Copacabana e; a Biblioteca Vira-Folhas, no Recreio. Essa última faz parte da Casa de Arte do Terreirão (CAT) – uma ONG com diversas atividades na área de cultura e educação – no entanto, abandonou a rede Conexão Leitura há alguns meses. A biblioteca do CAT era desde 2008 apoiada pelo instituto da loja de moda, atualmente já não aparece na relação de projetos financiados pela C&A<sup>19</sup>. Mesmo sem esse investimento a Biblioteca Vira-Folhas continua ativa, já que a CAT recebe outros investimentos do Criança Esperança, SENAC RIO, SESI, FIRJAN, Itaú, Petrobras, entre outros.

Existe uma rede similar ao Conexão Leitura para reunir os projetos apoiados pela C&A nos municípios da baixada fluminense, chama-se Baixada Literária. Pode-se conferir as bibliotecas vinculadas a ambos os projetos, e obter mais dados sobre elas no anexo A.

---

<sup>19</sup> Os projetos apoiados pela ONG da C&A podem ser conferidos no site: <http://www.institutocea.org.br>  
Acessado em: 21 jun 2011

Voltando a Associação Meninas e Mulheres do Morro, sua história tem início em 1995 quando duas funcionárias do Centro Cultural da Candelária (CECUCA), Kely Maria Lousada e Mônica Lopes começaram a realizar projetos voltados para o bem-estar das moradoras da região. Preocupadas em atender uma comunidade carente de conhecimentos básicos, o objetivo era proporcionar informações sobre gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras questões relativas à saúde da mulher.

Ainda no CECUCA, Denise Lousada se uniu às funcionárias e os projetos foram ganhando repercussão no bairro da Mangueira. Além dos trabalhos voltados para saúde, surgiram mais atividades como artesanato, reciclagem e até um salão de beleza foi aberto, tudo direcionado para as mulheres da região. A primeira parceria com o Instituto C&A, em 2002, possibilitou a criação de uma oficina de customização.

O registro da Associação Meninas e Mulheres do Morro só ocorreu em 2004, junto com uma reestruturação do projeto. A questão da saúde é deixada de lado, e com um apoio do Instituto C&A, a associação centra suas atividades nas áreas de arte e educação. Dessa forma passou a se desenvolver programas envolvendo música, teatro e literatura.

Em fevereiro de 2006, a C&A mudou a sua estratégia social e passou a investir em bibliotecas comunitárias, assim criou-se o projeto Prazer em Ler. Para continuar recebendo o apoio da empresa, a Associação de Mulheres e Meninas do Morro reestruturou novamente seus projetos, deixou de centrar suas ações nas mulheres, e criou a Biblioteca Atelier das Palavras. Hoje a associação atende a crianças e jovens entre 6 e 17 anos, com atividades envolvendo principalmente literatura.

Além dos financiamentos, uma outra forma de manter a associação é por intermédio da renda obtida por uma loja na entrada da Candelária, onde são vendidas roupas doadas, muitas delas pela própria C&A. A oficina de customização, reaberta em 2011, também fornece alguns produtos para a venda.

Voltando a tratar especificamente da Biblioteca Atelier das Palavras, se percebeu que apesar da biblioteca estar aberta a toda a comunidade, os usuários dessa são basicamente as crianças atendidas pelos projetos da Associação Meninas e Mulheres do Morro. Os leitores infanto-juvenis serem a grande parte dos usuários de uma biblioteca comunitária é um fato comum, pois muitas dessas são pensadas junto com projetos de educação infantil. A biblioteca muitas vezes é uma extensão da escola. Um exemplo é o próprio Conexão Leitura, esse organiza eventos anualmente voltados especificamente para crianças das classes mais baixas. O último aconteceu em maio deste ano e contou com a presença da escritora Thalita Rebouças.

O interessante aqui é levantar as similaridades entre os livros da escrito Thalita Rebouças como outras mercadorias culturais difundidas pela televisão ou rádio. Percebe-se aqui uma intenção em apresentar às criança produtos com os mesmos valores transmitidos pelos meios de comunicação tradicionais. Certamente não existe um interesse em apresentar aos pequenos leitores um confronto entre realidade e ideologia. As ONGs querem uma educação neutra, porém como já foi visto: “é tão impossível negar a natureza política do processo educativo” (FREIRE, 1989, p.23). A suposta neutralidade dos livros de Thalita Rebuças, assim como boa parte das mercadorias das grandes mídias, escondem um reforço da ideologia dominante.

Ao mapear as ações das ONGs comprometidas com o grande capital, como Instituto Ecofuturo e Instituto C&A, pode-se desenhar um padrão específico de atuação: a criação de bibliotecas comunitárias, ligadas a algum projeto na área de educação visando atingir crianças em regiões carentes de serviços públicos. Essas, se comparadas com as bibliotecas públicas, compactuam em maior grau com ideologia dominante (ALMEIDA JÚNIOR, 1997). A insistência da mídia e de alguns pesquisadores na desvalorização dos serviços prestados pelas instituições do Estado, junto a exaltação das ações promovidas pelo terceiro setor, é a clara defesa de um sistema dedicado a conservação do capital tanto econômico quanto cultural nas mãos das classes dominantes.

A biblioteca pública surgiu, no século XIX, com um objetivo de educar os trabalhadores já fora da idade escolar (*ibidem*). Hoje, não distante dessa realidade, a biblioteca comunitária, muitas vezes está voltada para educação infantil funcionando simplesmente como um braço da escola.

As duas bibliotecas comunitárias estudadas anteriormente eram voltadas para um público adulto, apesar de reservarem um espaço para as crianças. Mesmo assim, grande parte da frequência da Tobias Barreto era de estudantes buscando enciclopédias para pesquisas ou livros paradidáticos. Inicialmente, se pensou que a biblioteca da Associação de Mulheres e Meninas do Morro teria um acervo voltado para o gênero feminino. No entanto durante a pesquisa, só se percebeu como uma ONG privada pode influenciar um projeto comunitário de acordo com seus interesses, redirecionando inclusive o público atendido por esse.

A grande crítica à Biblioteca Tobias Barreto por Elisa Machado (2008) foi essa ser apenas um patrimônio privado aberto à comunidade, e não verdadeiramente algo pertencente comunidade. “Ou seja, era um espaço aberto à coletividade, mas não da coletividade” (p.101). O mesmo pode ser aplicado as bibliotecas financiadas por ONGs de empresas.

A história da Associação Meninas e Mulheres do Morro é mais um exemplo de como os projetos comunitários são reféns das vontades dos donos do capital. Com já foi visto, os projetos da associação da Candelária, por diversas vezes, se adaptaram aos interesses da C&A para não perder o investimento da rede de lojas.

Tais corporações com alto poder financeiro ao modelarem os projetos sociais de acordo com um padrão preestabelecido, oferecendo cursos, organizado eventos e estipulando regras e públicos a atingir, garantem uma unidade. Assim a comunidade perde grande parte de sua autonomia. Com o Instituto Ecofuturo a identificação dos projetos se dá claramente através do nome, todos nomeados Biblioteca Comunitária Ler é Preciso, já o Instituto C&A prefere criar redes entre os seus “parceiros”, tais como a Baixada Literária e a Conexão Leitura.

Outra crítica ao pedreiro Evando dos Santos e todas as pessoas com uma história parecida, fundadores e administradores de bibliotecas comunitárias, é “que a biblioteca é vista por esses agentes individuais como um meio de ampliar o seu capital cultural e social, de maneira a torná-los diferentes na estrutura do campo de forças do qual fazem parte” (*ibidem*. p.100). Porém, observando mais cuidadosamente as outras duas experiências percebe-se que da mesma forma como os colaboradores da Biblioteca Tobias Barreto de Menezes na sua região concentram um capital cultural, ou seja, fazem parte de uma elite local, tal fato se repete nas outras duas bibliotecas.

Por exemplo, na COOPAMARE, Joana Albina da Silva, responsável pela biblioteca da cooperativa, por ter feito o seminário fornecido pelo Instituto Ecofuturo, por ter conhecimentos de informática e agora estar frequentando as aulas de um curso profissionalizante, recebe um papel de destaque dentro da comunidade de catadores. Tanto que ela realiza atividades administrativas, e não realiza a coleta ou a separação dos materiais recicláveis. Mesmo seu ganho financeiro sendo o mesmo dos outros trabalhadores, naquele local ela tem um papel de destaque devido ao seu capital cultural.

Na Associação Meninas e Mulheres do Morro ocorre o mesmo, as duas entrevistadas e o Beethoven Lima, outro funcionário da ONG, fizeram ou estão fazendo um curso universitário. Esses indivíduos pertencem à uma classe cultural distinta da maioria dos moradores da Mangueira, sem muitas oportunidades de educação e acesso a bens culturais.

A biblioteca, de modo geral, está intimamente ligada a uma estratificação social por meio da concentração de capital cultural. Mesmo surgindo espontaneamente dentro da comunidade, os indivíduos envolvidos no projeto estarão – sem perceber – estabelecendo níveis sociais, não econômicos, mas culturais distintos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou analisar diversos autores apontando falhas e acertos, e principalmente, tentou demonstrar como a biblioteca comunitária, muitas vezes funcionando sobre a lógica do terceiro setor, é favorável à ideologia dominante.

Aqui não foram propostos novos caminhos para uma verdadeira democratização do acesso ao livro. Essa seria uma próxima etapa. Só o desenvolvimento do estudo poderá apontar projetos com intuito de fortalecer a sociedade civil, e não apenas federações de comércios e indústrias ou ONGs empresarias. Além disso, futuramente deve-se considerar os impactos do *copyleft* e *creative commons* na distribuição e utilização das obras. Outro aspecto importante, seria repensar as regras de aquisição de livros pelo Estado, é fundamental estimular a diversidade, e tornar possível pequenos editores e autores independentes também oferecerem suas produções.

Infelizmente, os resultados desse trabalho monográfico não trouxeram nenhuma constatação efetiva sobre o tema. Mas, a pesquisa de campo revelou algumas questões pouco abordadas pela literatura estudada. E a publicação do levantamento das bibliotecas comunitárias do Estado do Rio de Janeiro, organizado e atualizado conforme o anexo A, é de grande ajuda para os próximos estudos nessa área.

Aqui observou-se três bibliotecas bem distintas. A Biblioteca Comunitária Ler é Preciso da COOPAMARE, criada e gerenciada por catadores de materiais recicláveis, recebeu o financiamento da iniciativa privada durante aproximadamente três anos, e fechou suas portas logo após perder a ajuda. Já a Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes surgiu da convicção de um pedreiro, ganhou visibilidade graças às contribuições do Oscar Niemeyer e do BNDES, nunca teve incentivo do setor empresarial, hoje atente a uma região de classe média na Zona Norte do Rio de Janeiro. E finalmente, a Biblioteca Atelier das Palavras, construída a partir da influência econômica do Instituto C&A sobre uma associação voltada para o bem-estar das mulheres do Morro da Mangueira, porém, nos últimos anos voltou-se quase exclusivamente para a educação infantil, por aconselhamento de seus patrocinadores.

Em alguns casos, pode-se ver como a questão da democratização do acesso ao livro é complicada. Sendo relativamente fácil observar uma divisão dos locais destinados aos mais

ricos e aqueles frequentados pelos menos afortunados, a biblioteca da COOPAMAERE e a Alceu Amoroso Lima são os melhores exemplos disso.

Em outros, como na Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes, constatou-se maneiras diversas de se administrar uma biblioteca. Mas, mesmo não seguindo os conceitos tradicionais, a biblioteca da Vila da Penha não se diferencia muito das demais, porque ainda persegue modelos consagrados e acaba por reproduzir aspectos da ideologia dominante.

Já na Biblioteca Atelier das Palavras, questiona-se a relação de autonomia das instituições comunitárias, já que os financiadores dessas muitas vezes acabam estipulando os serviços oferecidos e o públicos atingidos.

Entende-se que os objetos aqui analisados, apesar de se apresentarem como alternativas às bibliotecas públicas, ainda mantém muitas das características dessas últimas. E, como já foi visto, a aproximação da biblioteca com o setor privado só beneficia a conservação da estrutura vigente, portanto, é interessante se repensar as ações nessa área.

Já o estudo teórico procurou revisar as discussões atuais sobre o tema, bem como retomar alguns trabalhos mais antigos, muitas vezes abandonados, porém com formulações ainda relevantes.

Elisa Campos Machado, aqui citada diversas vezes, têm uma produção muito recente sobre o tema, além de buscar uma atualização da expressão biblioteca comunitária a partir de alguns conceitos levantados pelas teorias neoliberais. Outro autor com uma produção atual é Geraldo Prado.

Entretanto, o livro de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior é mais antigo, algumas questões por ele abordadas, hoje, acabaram sendo esquecidas. Mesmo assim, foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho monográfico, assim como os escritos de Paulo Freire e de Bourdieu diversas vezes mencionados aqui.

No geral essa pesquisa proporcionou novas esferas para o debate, porém é relevante o amadurecimento de tais ideias. Não é mais possível se observar as bibliotecas como instituições sociais diferenciadas das demais. Elas têm suas características próprias, é claro, todavia, o livro é um meio de comunicação como qualquer outro, e assim sendo, conserva muito da estrutura social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa; MACHADO, Elisa Campos. Biblioteca comunitária em pauta. In: ENCONTROS COM A BIBLIOTECA, 2006, São Paulo. **Bibliotecas comunitárias e populares: diálogo com a universidade**, São Paulo : Itáu Cultural, 2006. Disponível em: <[http://www.itaucultural.org.br/biblioteca/download/bibliotecas\\_comunitarias\\_e\\_populares\\_.pdf](http://www.itaucultural.org.br/biblioteca/download/bibliotecas_comunitarias_e_populares_.pdf)> Acesso em: 24 maio 2010.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina : Editora UEL, 1997.

AUDIÊNCIA discute impactos da crise no setor de reciclagem. Agência Câmara, Brasília, 1jun 2009. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/CIDADES/135480-AUDIENCIA-DISCUTE-IMPACTOS-DA-CRISE-NO-SETOR-DE-RECICLAGEM.html>> Acesso em: 20 jun 2011.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Ser leve e líquido. In: \_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 7-22.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.7-16.

\_\_\_\_\_. Reprodução cultural e reprodução social. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 295-336.

COOPERATIVA de catadores inaugura biblioteca em São Paulo. **Instituto Polis**, São Paulo, 14 nov 2007. Disponível em: <[http://amazong.org.br/noticias\\_interna.asp?codigo=491](http://amazong.org.br/noticias_interna.asp?codigo=491)> Acesso em: 20 jun 2011.

CUNHA, Vanda Angélica da; SANTOS, Levi Allan dos. Sociedade do conhecimento, políticas públicas de informação e as bibliotecas públicas municipais de salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <[http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/vandacunha.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/vandacunha.html)> Acesso em: 20 maio 2011.

DEPUTADO propõe proibir livro que ensina português "errado" no Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 maio 2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/05/23/deputado-propoe-proibir-livro-que-ensina-portugues-errado-no-rio/>> Acesso em: 6 jun 2011.

FALAVIGNA, Rosana. Ônibus-biblioteca estimula o hábito da leitura em regiões periféricas

da cidade. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 26 mar 2011. p.1.

FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares - uma introdução. In: \_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler**: em três textos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. p. 25-41.

LEMOS, Charlene Kathlen de . **Bibliotecas Comunitárias em Regiões de Exclusão Social na Cidade de São Paulo**: estudo de caso da Biblioteca Comunitária Solano Trindade , 2005. Monografia (Graduação em Biblioteconomia ) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2005.

LOPES, Timóteo. O operário-livreiro. **Carta Capital**, São Paulo, 14 dez 2005. p. 8-9.

MACHADO, Alzemir. Liga Operária Beneficente de Florianópolis : nascimento e morte de uma biblioteca popular. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 129-145, 2001.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**, 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/>> Acesso em: 24 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.7, n. 1, p. 80-94, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://polaris.bc.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=685&article=195&mode=pdf>> Acesso em: 24 maio 2010.

MARX, Karl. A Mercadoria. In: \_\_\_\_\_. **O Capital**: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 57-91.

PRADO, Geraldo Moreira. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/integração do cidadão na sociedade da informação. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 139-145, 2010. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/125/0>> Acesso em: 13 maio 2010.

PREFEITO autoriza uso dos baixos de viaduto por cooperativa de catadores. **Portal da Prefeitura da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a\\_cidade/noticias/index.php?p=20202](http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=20202)> Acesso em: 20 maio 2011.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. (Org.). **Direito à comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005. p. 245-253

\_\_\_\_\_. Sobre a Importância de Repensar e Renovar a Idéia de Sociedade Civil. In: RAMOS, M. C.; SANTOS, S. dos. (Org.). **Políticas de Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2007.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Lei nº 430/2011 de 19 de maio de 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A história de uma biblioteca: a Real Biblioteca e a sina comum e apartada de Brasil e Portugal. **Biblioteca Nacional 200 anos**, Rio de Janeiro 2010. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/200anos/>> Acesso em: 7 maio 2011.

SILVA, Iuri A.Lapa e. A Viagem da Real Biblioteca. **Biblioteca Nacional 200 anos**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/200anos/>> Acesso em: 7 maio 2011.>

SILVA, Vera Lucia Mangas da. **Cultura e Informação**: um estudo da rede de bibliotecas populares da cidade do Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2004.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf)> Acesso em: 7 maio 2011.

UNESCO. Comissão Internacional para Estudo dos Problemas da Comunicação. **Um mundo e muitas vozes**: comunicação e informação na nossa época. Tradução Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

# ANEXOS

**ANEXO A**  
**Levantamento das Bibliotecas Comunitárias do Estado do Rio de Janeiro**

**01- Biblioteca Infante Juvenil Vera Lúcia***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Cananéia, 157 - Osvaldo Cruz - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 359-0723 ou 359-8163

E-mail: --

Vinculada a: --

Mantenedor: --

Obs.: *telefones incompletos*

---

**02- Canto da Leitura de Rio das Pedras***biblioteca desativada*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Nova, 20 - Rio das Pedras - Jacarepaguá - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2447-9157

E-mail: --

Vinculada a: AMARP – Associação de Moradores e Amigos Rio das Pedras

Mantenedor: --

Obs.: *contato por telefone em 12/05/2011*

---

**03- Biblioteca Pública de Arrozal***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Praça São João Batista, s/n - Arrozal - Pirai

Tel.: (24) 3333-1205

E-mail: --

Vinculada a: Secretária Municipal de Cultura

Mantenedor: Prefeitura de Pirai

Obs.: *deveria ser classificada como biblioteca pública*

---

**04- Biblioteca São Jerônimo***biblioteca desativada*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Parimá, 58 - Parada de Lucas - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2560-1012

E-mail: [parosebastiao@ig.com.br](mailto:parosebastiao@ig.com.br)

Vinculada a: Paróquia São Sebastião

Mantenedor: --

Obs.: *contato por telefone em 12/05/2011*



**05- Biblioteca Rute Souza Melo***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua da Glória, 29 - Trezentos - São João de Meriti

Tel.: (21) 2205-6854

E-mail: --

Vinculada a: --

Mantenedor: --

Obs.: *telefone não confere*

---

**06- Biblioteca Comunitária Canto da Leitura - Vilar Carioca***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua 100, s/n - Favela Vilar Carioca - Vilar Carioca - Campo Grande - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2295-6871 ou 2572-9090

E-mail: leragir@gmail.com

Vinculada a: --

Mantenedor: --

Obs.: *telefone não confere, e-mail enviado em 12/05/2011 sem resposta*

---

**07- Biblioteca João de Deus***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua João Vicente, 1.445 - Bento Ribeiro - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2452-1846 ou 2450-4544 ou 2450-1596

E-mail: contato@celd.org.br

Vinculada a: CELD - Centro Espírita Léon Denis

Mantenedor: CELD - Centro Espírita Léon Denis

Obs.: *contato por telefone em 06/05/2011*

---

**08- Biblioteca Comunitária Canto da Leitura do Horto***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Pacheco Leão, 1818 - Jardim Botânico - Horto - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2295-6871 ou 2572-9090

E-mail: --

Vinculada a: Museu do Horto / AMAHOR – Associação de Moradores e Amigos do Horto

Mantenedor: --

Obs.: *telefone não confere, tentativa de contato pelo site [www.amahor.org.br](http://www.amahor.org.br) sem sucesso*

**09- Biblioteca Olhar Cultural***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Tomás Fonseca, 1.028 - Cerâmica - Nova Iguaçu

Tel.: (21) 3776-9994 ou 8750-6082

E-mail: --

Vinculada a: Associação de Moradores do Bairro Cerâmica 2

Mantenedor: --

Obs.: *contato por telefone em 12/05/2011*

---

**10- Biblioteca Monteiro Lobato***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Avenida José Bento Ribeiro Dantas, 276 – Rasa - Búzios

Tel.: (22) 2629-1231 ou 2623-8786

E-mail: bemteviscj@uol.com.br

Vinculada a: Fundação Bem Te Vi / Paróquia Santa Rita e Sant'Ana

Mantenedor: --

Obs.: *e-mail enviado em 06/05/2011 sem resposta*

---

**11- Biblioteca Antonio Lisboa da Silva***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Coronel Moreira César, 400 - Village Pavuna - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3355-4461 ou 2455-3086

E-mail: --

Vinculada a: --

Mantenedor: --

Obs.: *última tentativa de contato 06/05/2011*

---

**12- Biblioteca Comunitária Machado de Assis***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Travessa Benjamin Constant nº283 - Neves - São Gonçalo

Tel.: (21) 8194-7497

E-mail: sleitura@yahoo.com.br

Vinculada a: --

Mantenedor: --

Obs.: *telefone não confere, e-mail enviado em 06/05/2011 sem resposta*

**13- Biblioteca Associação Beneficente e Cultural Rio de Janeiro***biblioteca em processo de reestruturação*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Uirapuru, 04 - Ilha do Governador - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 9112-9893 ou Livraria Clube do Livro (21) 3975-2653 [para recados]

E-mail: --

Vinculada a: Associação Beneficente e Cultural Rio de Janeiro

Mantenedor: --

Obs.: contato por telefone em 06/05/2011

---

**14- Biblioteca Comunitária Max Feffer***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Avenida Tupinambá de Castro, s/n - Campos Elíseos - Duque de Caxias

Tel.: (21) 2650-5334

E-mail: --

Vinculada a: Centro Educacional Adelina Castro / Governo do Estado do Rio de Janeiro

Mantenedor: --

Obs.: deveria ser classificada como biblioteca pública

---

**15- 1ª Biblioteca Comunitária de Guaxindiba As Gotinhas do Orvalho***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Silva Porto, s/n - Guaxindiba - São Gonçalo

Tel.: (21) 3709-2117 ou 3709-2363

E-mail: --

Vinculada a: --

Mantenedor: --

Obs.: última tentativa de contato 06/05/2011

---

**16- Biblioteca Comunitária Ler é Preciso Professora Nair Marinho de Mello Santos***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Didimo José Batista, 125 - Centro - Itaguaí

Tel.: (21) 2688-1115

E-mail: bibliotecanairmarinho@itaguaí.rj.gov.br

Vinculada a: Secretária Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí

Mantenedor: --

Obs.: deveria ser classificada como biblioteca pública, e-mail enviado em 06/05/2011, erro: caixa de e-mail lotada

**17- Biblioteca Umbelina da Conceição Santana***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Avenida Metalúrgicos, 11 - Rodilândia - Nova Iguaçu

Tel.: (21) 2668-3248

E-mail: rodilandia@ig.com.br

Vinculada a: --

Mantenedor: --

Obs.: telefone não confere, e-mail enviado em 06/05/2011 sem resposta

---

**18- Biblioteca Comunitária Ler é Preciso Diener Mello***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

BR 101, Margem Direita, km 160 - Taquari - Paraty

Tel.: (24) 3371-3946

E-mail: --

Vinculada a: Prefeitura de Paraty

Mantenedor: --

Obs.: deveria ser classificada como biblioteca pública

---

**19- Biblioteca Municipal Magnólia Marinho Rêgo***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua João Pedro da Silveira, 30 - Centro - Areal

Tel.: (24) 2257-4014

E-mail: --

Vinculada a: Secretária Municipal de Educação

Mantenedor: Prefeitura de Areal

Obs.: deveria ser classificada como biblioteca pública

---

**20- Biblioteca Comunitária Ler é Preciso de Vassouras***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Deputado José Carlos Vaz de Miranda, 53 - Barão de Vassouras - Vassouras

Tel.: (24) 2491-2274

E-mail: janemeri@terra.com.br

Vinculada a: Escola Municipal Dep. José Carlos Vaz de Miranda

Mantenedor: Prefeitura de Vassouras

Obs.: deveria ser classificada como biblioteca pública, contato por e-mail em 08/05/2011

**21- Biblioteca Pública Pedro Gabriel***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Projetada, s/n - Anexa a C.M Cacique Cunhãbebe - Frade - Angra dos Reis

Tel.: (24) 3369-4144

E-mail: --

Vinculada a: Secretária de Educação

Mantenedor: --

Obs.: *deveria ser classificada como biblioteca pública*

---

**22- Biblioteca Rodolfo Garcia***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Avenida Presidente Wilson, 231 - Castelo - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3974-2551

E-mail: brg@academia.org.br

Vinculada a: Academia Brasileira de Letras

Mantenedor: Academia Brasileira de Letras

Obs.: *contato presencial em 05/05/2011*

---

**23- Biblioteca Maria Cottas***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Travessa Regina, 53 - Centro - Nova Iguaçu

Tel.: (21) 2668-1697

E-mail: --

Vinculada a: Racionalismo Cristão - Filial de Nova Iguaçu

Mantenedor: --

Obs.: *última tentativa de contato 06/05/2011*

---

**24- Biblioteca Esquina do Livro***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Comendador Pinto, 02 - Campinho - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3830-5776

E-mail: ana.fournier@hotmail.com

Vinculada a: Instituto Repare / Conexão Leitura

Mantenedor: Instituto Repare / Instituto C&amp;A

Obs.: *contato por telefone em 05/05/2011*

**25- Biblioteca Wagner Vinicio***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Estrada de Jacarepaguá, 5411, Quadra 01, Casa 55 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 9903-1561

E-mail: plantandoofuturo@hotmail.com

Vinculada a: ISER - Instituto de Estudos da Religião / Conexão Leitura

Mantenedor: ISER - Instituto de Estudos da Religião / Instituto C&amp;A

Obs.: contato por telefone em 06/05/2011

---

**26- Biblioteca Atelier das Palavras***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Avenida Santo Antônio, 13 - Mangueira - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2567-5361

E-mail: mmdomorro\_rj@hotmail.com

Vinculada a: Associação Meninas e Mulheres do Morro / Conexão Leitura

Mantenedor: Instituto C&amp;A

Obs.: contato por telefone em 06/05/2011

---

**27- Biblioteca Vira-Folhas***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua do Arquiteto, 366 - Terreirão - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2490-0847

E-mail: vifolhas@cat.org.br ou terreirao.cat@globo.com

Vinculada a: Casa de Artes do Terreirão / Conexão Leitura

Mantenedor: Instituto C&amp;A

Obs.: contato por telefone em 06/05/2011, ao que tudo indica ela perdeu o patrocínio do Instituto C&amp;A e não participa mais da Conexão Leitura.

---

**28- Biblioteca Cantinho da Natureza***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Euclides da Rocha, 376 - Copacabana - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2236-5563 ou 2236-2422

E-mail: bibliotecacantinho\_girolivro@yahoo.com.br

Vinculada a: Centro Educacional Cantinho da Natureza / Conexão Leitura

Mantenedor: Paróquia Santa Cruz de Copacabana / Instituto C&amp;A

Obs.: contato por telefone em 05/05/2011

**29- Biblioteca Elias José***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Maxwell, 26 - Timbau - Maré - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2561-4604

E-mail: bibliotecaeliasjose.com@gmail.com

Vinculada a: CEASM - Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré / Conexão Leitura

Mantenedor: Instituto C&amp;A

*Obs.: contato por telefone em 06/05/2011, segundo informação por telefone a CEASM mantém duas bibliotecas na Maré esta e a Biblioteca Paulo Freire, ver número 37 da lista.*

---

**30- Biblioteca Comunitária Paulo Freire***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Avenida Parapiacaba, 129 - Vila de Cava - Nova Iguaçu

Tel.: (21) 3770-1071

E-mail: bcpf\_comunhao@yahoo.com.br

Vinculada a: AMRF – Associação de Moradores de Rancho Fundo / Baixada Literária

Mantenedor: Congregação de São José de Cuneo / Instituto C&amp;A

*Obs.: contato por telefone em 05/05/2011*

---

**31- Biblioteca Reverendo Ashbel Green Simonton***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua 165, 293 - Vila Santa Cecília - Volta Redonda

Tel.: (24) 3348-7117

E-mail: – –

Vinculada a: Igreja Presbiteriana Central de Volta Redonda

Mantenedor: Igreja Presbiteriana Central de Volta Redonda

*Obs.: contato por telefone em 04/05/2011*

---

**32- Biblioteca Nossa Casa***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Doutor Luiz Sobral, 546 - Tomazinho - São João de Meriti

Tel.: (21) 2751-3274

E-mail: ongbibliotecanossacasa@yahoo.com.br

Vinculada a: Baixada Literária

Mantenedor: Instituto C&amp;A

*Obs.: contato por telefone em 04/05/2011*

**33- Biblioteca Ziraldo***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Muniz Barreto, 1010 - Nova Brasília - Nova Iguaçu

Tel.: (21) 2779-2552

E-mail: bibliotecamagica@ig.com.br

Vinculada a: CECOM – Centro Comunitário São Sebastião / Baixada Literária

Mantenedor: Congregação de São José de Cuneo / Instituto C&amp;A

Obs.: contato por telefone em 04/05/2011

---

**34- Espaço de Leitura “Ler é Pura Diversão”***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Estrada do Amaral, 791 - Amaral - Nova Iguaçu

Tel.: (21) 2658-4989

E-mail: elpdiversao.amaral@homail.com

Vinculada a: SARITA – Centro Comunitário de Santa Rita / Baixada Literária

Mantenedor: Instituto C&amp;A

Obs.: contato por telefone em 04/05/2011

---

**35- Biblioteca Comunitária Zuenir Ventura***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Sebastião de Melo, 384 - Jardim Nova Era - Nova Iguaçu

Tel.: (21) 3103-9495

E-mail: – –

Vinculada a: CISANE - Centro de Integração Social Amigos de Nova Era / Baixada Literária

Mantenedor: Instituto C&amp;A

Obs.: contato por telefone em 04/05/2011

---

**36- Biblioteca Mágica***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: SIM

Rua Iracema, 156 - Bairro de Maio - Nova Iguaçu

Tel.: (21) 2698-3205

E-mail: bibliotecamagica@ig.com.br

Vinculada a: CECOM – Centro Comunitário São Sebastião / Baixada Literária

Mantenedor: Congregação de São José de Cuneo / Instituto C&amp;A

Obs.: contato por telefone em 04/05/2011



**37- Biblioteca Paulo Freire***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Praça Caetés, 7 – Timbau -Maré – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2561-4604

E-mail: secretaria@ceasm.org.br

Vinculada a: CEASM - Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré

Mantenedor: – –

*Obs.: contato por telefone em 06/05/2011, segundo informação por telefone a CEASM mantém duas bibliotecas na Maré esta e a Biblioteca Elias José, ver número 29 da lista.*

---

**38- Biblioteca Comunitária Ler é Preciso de Copacabana***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Rua Sá Ferreira, 80 - Copacabana - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2227-0783

E-mail: – –

Vinculada a: Secretária Municipal de Educação

Mantenedor: Prefeitura do Rio de Janeiro

*Obs.: nome oficial segunda a prefeitura: Biblioteca Escolar Municipal Max Feffer, deveria ser classificada como biblioteca pública, contato presencial em 05/05/2011*

---

**39- Biblioteca Comunitária Ler é Preciso de Magé***biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Estrada da Conceição, 2214 - Conceição do Suruí - Magé

Tel.: – –

E-mail: – –

Vinculada a: – –

Mantenedor: – –

*Obs.: dados insuficientes para contato*

---

**40- Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Menezes***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Rua Maestro Henrique Vogeler, 348 - Vila da Penha - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2481-5336 ou 3352-2069

E-mail: – –

Vinculada a: – –

Mantenedor: – –

*Obs.: contato por telefone em 01/06/2011*

**41- Biblioteca Comunitária da UERJ***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

R. São Francisco Xavier, 524, 1º andar, Bloco C, Sala 1002 - Maracanã - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2334-0086

E-mail: --

Vinculada a: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Mantenedor: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Obs.: *contato por telefone em 01/06/2011*

---

**42- Biblioteca Comunitária Solano Trindade***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Rua AK Lote 14 quadra 48 - Cantagalo - Duque de Caxias

Tel.: (21) 8682-5266

E-mail: --

Vinculada a: Baixada Literária

Mantenedor: --

Obs.: *contato por telefone em 01/06/2011*

---

**43- Biblioteca Casa Azul***biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Alameda Princesa Isabel, 2 - Pontal - Paraty

Tel.: (24) 3371-7082

E-mail: cristina@casaazul.org.br

Vinculada a: Associação Casa Azul

Mantenedor: Instituto C&amp;A

Obs.: *contato por telefone em 01/06/2011*

---

**44- Biblioteca Comunitária do Ponto de Cultura Caipira***biblioteca em processo de reestruturação*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Distrito de Aldeia Velha - Silva Jardim

Tel.: --

E-mail: tainadelnegri.ema@gmail.com

Vinculada a: Escola da Mata Atlântica

Mantenedor: --

Obs.: *contato por e-mail em 27/05/2011*

**45- Biblioteca Comunitária Visconde de Sabugosa**

*biblioteca em processo de reestruturação*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Rua São José do Ouro (Antiga Rua 18), lote 28, quadra 63 - Jardim Catarina – São Gonçalo

Tel.: (21) 3606-4171 ou (21) 7661-4179

E-mail: – –

Vinculada a: – –

Mantenedor: – –

Obs.: *contato presencial em 19/11/2010*

---

**46- Biblioteca Comunitária Rafael Cordeiro Azevedo**

*biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Rua Irmãos Maurício, 315 - Caonze - Mesquita - Rio de Janeiro

Tel.: – –

E-mail: – –

Vinculada a: ONG Crescendo Feliz

Mantenedor: – –

Obs.: *dados insuficientes para contato*

---

**47- Biblioteca Comunitária de Biquinha**

*biblioteca sem comprovação de atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Rua Paulo de Azevedo, 6 - Santa Tereza - Rio de Janeiro

Tel.: – –

E-mail: – –

Vinculada a: ONG Crescendo Feliz

Mantenedor: – –

Obs.: *dados insuficientes para contato*

---

**48- Biblioteca Comunitária Oscar Romero**

*biblioteca em atividade*

Cadastrada no SNBP: NÃO

Rua Elpídeo, 530 - Vila Emil - Mesquita

Tel.: (21) 2697-8257

E-mail: – –

Vinculada a: Igreja São José Operário

Mantenedor: – –

Obs.: *contato por telefone em 06/05/2011*

---

**ANEXO B**  
**Formulário para Cadastro no SNPB**

# Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

Rua da Imprensa, 16 - sala 1102 – Centro. Rio de Janeiro – RJ CEP 20030-120  
Tel.: (21) 2240-7929 / 2210-1134 / 2544-8669 Fax: (21) 2220-4690  
snbp@bn.br ou cgsnbp@bn.br

## FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO/ATUALIZAÇÃO<sup>1</sup>

### INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

- ⇒ Preencher com letra legível ou datilografada.
- ⇒ Se o espaço destinado à resposta for insuficiente utilizar folha anexa para a complementação da resposta
- ⇒ Nas opções fechadas, preencher o quadrado totalmente conforme exemplo abaixo:
- ⇒ Observação: A biblioteca que funcionar em estabelecimento de ensino mas que estenda seus serviços à comunidade, deverá ser classificada como: **comunitária**.
- ⇒ Em relação à pergunta **13**. Entende-se por adequado o prédio que tem condições de abrigar uma biblioteca pública, ou seja, boas condições: de iluminação, de ventilação, de mobiliário e dos equipamentos da biblioteca.

### Serviço de extensão:

Serviço oferecido e executado fora do espaço físico da biblioteca, tais como:

- \* Carro-Biblioteca: qualquer veículo adaptado como biblioteca (com estantes e livros), que visita periodicamente bairros, vilas, zonas rurais ou cidades vizinhas, emprestando livros e revistas aos leitores.
- \* Caixa-Estante: pequena caixa de madeira, aço ou mesmo sacola de lona, onde são colocados livros a serem emprestados para escolas, hospitais, creches, presídios, etc... A coleção de livros é trocada periodicamente e o serviço de empréstimo é feito por funcionários dos referidos locais.
- \* Biblioteca-Sucursal: Também conhecida por biblioteca-ramal. Biblioteca pública subordinada administrativamente a uma biblioteca pública principal e que se localiza em outro bairro, vila ou zona rural. A biblioteca sucursal ou ramal pode ser um serviço de extensão oferecido pela biblioteca pública a um presídio, a um hospital, etc.

# FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO/ATUALIZAÇÃO

## I – IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

01	<i>Uso exclusivo do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas</i>	<b>Registro</b>
02	<i>Tipo de Biblioteca:</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Estadual <input type="checkbox"/> 2 – Municipal <input type="checkbox"/> 5 – Escolar <input type="checkbox"/> 3 – Comunitária <input type="checkbox"/> 4 – Federal
03	<i>Nome da biblioteca:</i>	
04	<i>Endereço completo</i> <i>(logradouro, nº. e complemento)</i>	
05	<i>Bairro Distrito</i>	
06	<i>Município:</i>	
07	<i>UF</i>	
08	<i>CEP</i>	
09	<i>Telefone e DDD</i>	(0xx    ) <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Recado
10	<i>Fax</i>	(0xx    ) <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Recado
11	<i>Dias e horário de funcionamento:</i>	
12	<i>População (IBGE)</i>	

## II - INSTALAÇÕES E SERVIÇOS

13	<i>A biblioteca funciona em prédio...</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Adequado <input type="checkbox"/> 2 – Inadequado
14	<i>A biblioteca funciona em estabelecimento de ensino?</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Sim <input type="checkbox"/> 2 – Não
15	<i>Condição de funcionamento:</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Em atividade <input type="checkbox"/> 2 – Paralisada <input type="checkbox"/> 3 – Extinta Se paralisada ou extinta, informe o motivo: -----
16	<i>Área aproximada da biblioteca.</i>	<b>M<sup>2</sup></b>
17	<i>A biblioteca possui...</i> <i>(Preencha o quadrinho para cada opção)</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Laboratório de microfilmagem <input type="checkbox"/> 2 – Laboratório de conservação/restauração <input type="checkbox"/> 3 - Seção de audiovisual <input type="checkbox"/> 4 - Seção de Braille
18	<i>A biblioteca oferece serviços de extensão?</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não
19	<i>Quantos e quais?</i>	(        ) Total ----- ----- ----- ----- -----

		-----
--	--	-------

### III – GERÊNCIA

20	Nome do dirigente da biblioteca	
21	Formação do dirigente da biblioteca	<input type="checkbox"/> 1 – Bibliotecário <input type="checkbox"/> 2 – Outra formação de nível superior <input type="checkbox"/> 3 – Ensino Médio <input type="checkbox"/> 4 - Ensino Fundamental
22	O dirigente possui treinamento na área de biblioteca?	<input type="checkbox"/> 1 – Sim <input type="checkbox"/> 2 – Não
23	Total de funcionários (inclusive nos serviços de extensão)	
24	Funcionários da biblioteca: (Informe o total de funcionários conforme nível de formação)	( ) Bibliotecário ( ) Outra formação de nível superior ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Fundamental
25	Quanto possuem treinamento na área de bibliotecas?	
26	Órgão ao qual a biblioteca está subordinada	
27	Nome do titular desse órgão e função que ocupa	
28	Endereço completo do órgão	
29	Telefone	(0xx )
30	Fax:	(0xx )
31	Nome do prefeito	
32	Endereço da Prefeitura	
33	Telefone da Prefeitura	(0xx )
34	Fax	(0xx )
35	E-mail da Prefeitura	

### IV – ACESSO

36	A Biblioteca possui computador?	<input type="checkbox"/> 1 – Sim <input type="checkbox"/> 2 – Não
37	Quanto computadores?	
38	Quanto computadores com kit multimídia?	
39	Quanto computadores com gravador de CD-ROM?	
40	Os computadores estão ligados em rede?	<input type="checkbox"/> 1 – Sim <input type="checkbox"/> 2 – Não
41	Qual plataforma (Sistema Operacional) é utilizada pela Biblioteca?	
42	Que programas estão	





## VI – O ACERVO

59	<i>Total de peças do acervo</i>	<input type="checkbox"/> 1 Até 2.000 volumes <input type="checkbox"/> 2 – de 2.001 a 5.000 volumes <input type="checkbox"/> 3 – de 5.001 a 10.000 volumes <input type="checkbox"/> 4 – de 10.001 a 500.000 volumes <input type="checkbox"/> 5 – de 500.001 a 1.000.000 volumes <input type="checkbox"/> 6 – mais de 1.000.000 volumes
60	<i>Total de títulos:</i>	( ) a - Livros ( ) b - Revistas ( ) c - Jornais ( ) d – CD-ROM ( ) e - Discos ( ) f – Fitas de vídeo ( ) g - Fotografias ( ) h – Gravação de som em fita cassete e CD ( ) i – Jogos, medalhas e artefatos tridimensionais ( ) j – Mapas, globos e outros materiais cartográficos ( ) k – Partituras ( ) l – Acervo antigo (anterior ao século XX) ( ) m - Manuscritos
61	<i>Marque a opção mais utilizada na aquisição do acervo</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Compra <span style="float: right;"><input type="checkbox"/> 2 – Doação</span> <input type="checkbox"/> 3 – Permuta
62	<i>Acervo está sendo registrado em:</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Livro tombo <span style="float: right;"><input type="checkbox"/> 2 – Fichas soltas</span> <input type="checkbox"/> 3 – Caderno adaptado <span style="float: right;"><input type="checkbox"/> 4 – Não está registrado</span>
63	<i>Acervo identificado por:</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Ficha de autor <input type="checkbox"/> 2 – Fichas soltas <input type="checkbox"/> 3 – Separado nas estantes por grandes assuntos <input type="checkbox"/> 4 – Outra forma. Qual? -----
64	<i>De que forma o acervo está sendo catalogado?</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Catalogação simplificada <input type="checkbox"/> 2 – Referência bibliográfica conforme ABNT <input type="checkbox"/> 3 – Catalogação segundo os códigos AACR2, AACR <input type="checkbox"/> 4 – Não está catalogado <input type="checkbox"/> 5 – Outra forma de catalogação. Qual? ----- -----
65	<i>Acervo classificado de acordo com:</i>	<input type="checkbox"/> 1 – CDD <span style="float: right;"><input type="checkbox"/> 2 – CDU</span> <input type="checkbox"/> 3 – Classificação própria <span style="float: right;"><input type="checkbox"/> 4 – Não está classificado</span>

		<input type="checkbox"/> 5 – Outra classificação. Qual?-----
--	--	--

## VII – RECURSOS MATERIAIS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

66	<i>A biblioteca possui...</i>	<input type="checkbox"/> 1 – TV <input type="checkbox"/> 3 – Computador <input type="checkbox"/> 5 – Leitora de CD-ROM <input type="checkbox"/> 7 – Máquina de datilografia <input type="checkbox"/> 9 – Gravadora de CD-ROM <input type="checkbox"/> 11 – Kit multimídia <input type="checkbox"/> 13 – Outros. Quais?-----	<input type="checkbox"/> 2 – Vídeo <input type="checkbox"/> 4 - Impressora <input type="checkbox"/> 6 – Leitora de DVD <input type="checkbox"/> 8 – Aparelho de som <input type="checkbox"/> 10 – Gravadora de DVD <input type="checkbox"/> 12 – Scanner
67	<i>Atividades oferecidas regularmente:</i>	<input type="checkbox"/> 1 – Hora do conto <input type="checkbox"/> 3 – Exposições <input type="checkbox"/> 5 – Outras atividades. Quais? ----- -----	

*Responsável pelo preenchimento:*  
*(Nome legível)*

\_\_\_\_\_

*Assinatura:*

\_\_\_\_\_

*Local e data:*

\_\_\_\_\_